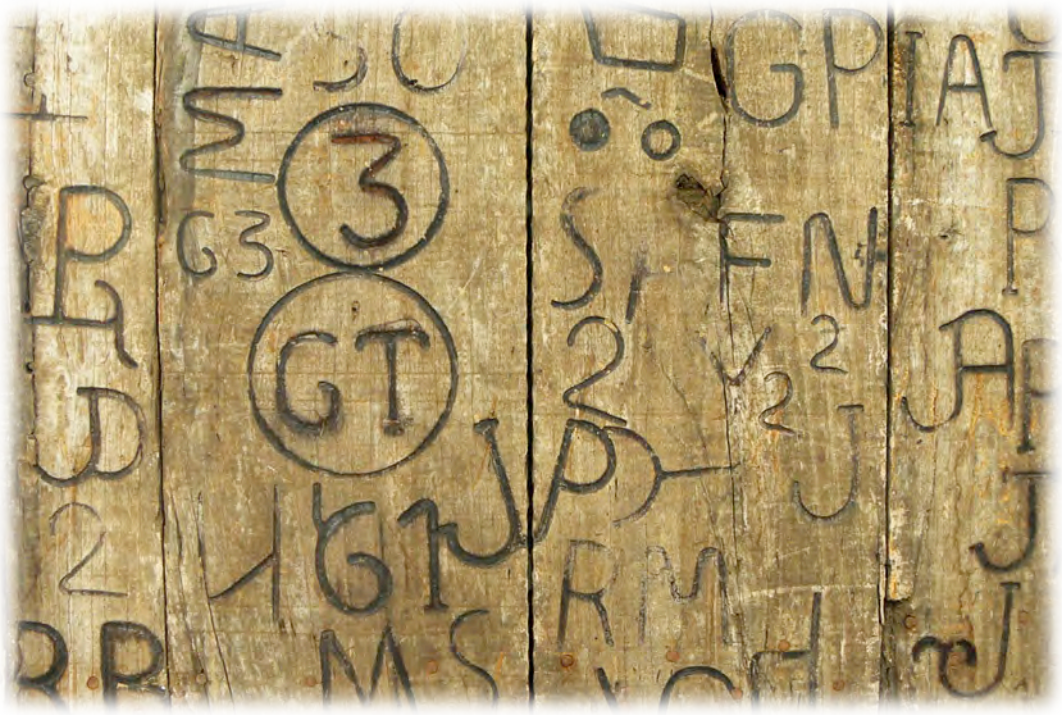
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Daniella Lira Nogueira Paes

Sob os signos das boiadas:
as marcas de ferrar gado que povoam o sertão paraibano



Rio de Janeiro

2012

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Daniella Lira Nogueira Paes

Sob os signos das boiadas:
as marcas de ferrar gado que povoam o sertão paraibano

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Profª. Dra. Renata Santos
Supervisor: Esp. Umbelino Peregrino de Albuquerque
Co-supervisora: Ms.C Christiane Finizola Sarmento

Rio de Janeiro

2012

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN na Paraíba.

P126s Paes, Daniella Lira Nogueira.
Sob os signos das boiadas: as marcas de ferrar gado que povoam o sertão paraibano / Daniella Lira Nogueira Paes – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

86 f.: il.

Orientadora: Renata Santos

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

1. Patrimônio Cultural – Preservação. 2. Interdisciplinaridade. 3. Manifestações culturais – Brasil. I. Santos, Renata. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.69

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Daniella Lira Nogueira Paes

Sob os signos das boiadas:
as marcas de ferrar gado que povoam o sertão paraibano

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2012

Banca Examinadora

_____

Profª. Dra. Renata Santos (orientadora) - Iphan

_____

Esp. Umbelino Peregrino de Albuquerque (supervisor) - Superintendência do Iphan na Paraíba

_____

Profª. Dra. Patrícia Peralta – PEP/MP - Iphan

_____

Profª. Dra. Maria Cecília Londres Fonseca - Conselheira do Iphan

Dedico este trabalho a Eliane de Castro Machado Freire (*in memoriam*), exemplo de humildade, força e retidão, cuja atuação no campo do Patrimônio Cultural, sem dúvida, servirá de inspiração àqueles que tiveram o prazer de trabalhar ao seu lado.

Dedico também aos sertanejos que contribuíram com essa pesquisa e, sem perceber, muito ensinaram sobre os ferros e sobre a vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo apoio incondicional em todos os momentos e pela dedicação constante.

Aos meus irmãos e demais familiares, pela compreensão de tantas horas ausentes, fruto de constantes estudos.

Ao meu supervisor, o arquiteto Umbelino Peregrino de Albuquerque, por tudo, ideias, confiança depositada, amizade e alegria diária que faz toda diferença em um ambiente de trabalho.

À minha co-supervisora, a arquiteta Christiane Finizola Sarmento, pela constante paciência, pelas palavras de apoio nos momentos difíceis e por compartilhar, sempre com os “olhos brilhando”, seu conhecimento e amor pelo sertão.

A minha orientadora, a historiadora Renata Santos, pelo acompanhamento norteador que contribuiu imensamente para um melhor entendimento das reais expectativas dessa pesquisa.

À equipe da Copedoc, pelos ensinamentos, assistência e amizade em todos os momentos.

Ao antropólogo Emanuel Oliveira Braga, pelo incentivo em sempre escrever mais e melhor, pelas inúmeras correções e sugestões, por fazer sempre acreditar que tudo dará certo.

À arquiteta Carla Gisele M. Santos Martins Moraes, pelo carinho sempre presente e uma participação fundamental na estruturação e finalização dessa pesquisa.

Ao técnico Átila Tolentino, pela amizade constante e pela generosa participação na revisão final desse texto.

A todos que compõem a Superintendência do Iphan na Paraíba, pelo estímulo e promoção de um ambiente alegre e salutar, em especial àqueles que contribuíram diretamente para esse trabalho.

Aos colegas e amigos bolsistas que proporcionaram momentos de alegria e companheirismo difíceis de esquecer e que direta ou indiretamente ajudaram na construção dessa pesquisa.

A José França de Oliveira pela disponibilidade em guiar a equipe pelo sertão paraibano e registrar em material audiovisual as entrevistas nos momentos em que esteve presente.

A José Leite Pordeus (Seu Galego), Milton de Assis Garrido, Tiburtino Cartaxo de Sá, Luis José Vieira da Nóbrega (Seu Laércio), Lauciane Vieira de Andrade, Bento Soares da Silva,

Francisco Supino de Sá, Francisco Antônio de Sousa (Neguinho do Massapê), Emídio Sarmento Meira (Seu Biduca), José Manuel do Nascimento (Seu Zé Ferreiro), Israel José do Nascimento, José Bonifácio de Sousa (Seu Zé Preto) e Benedito de Sousa, por, gentilmente, transmitirem o que sabem acerca da tradição dos ferros e das “coisas do sertão”.

Ao professor Nivalson Miranda pela disponibilização de material e pela orientação fundamental para o início dessa pesquisa.

Aos amigos, sempre presentes, ainda que distantes fisicamente, pelo incentivo e pela compreensão de tantas ausências.

E simplesmente me limitarei à descrição do desenho mais original e mais digno de estudo, já pelas suas denominações interessantes, já pela importância que assume na vida dos sertões: é o desenho das marcas de gado, dos ferros, assim chamadas porque são impressas no couro do animal com um carimbo de ferro aquecido ao fogo.

Gustavo Barroso

RESUMO

Esse trabalho busca compreender a dinâmica das marcas de ferrar gado usadas no sertão da Paraíba, a fim de identificar sua importância enquanto referência cultural. Para tanto, iniciou-se um estudo acerca da tradição dos ferros usados na marcação de animais, que pôde confirmar, na atualidade, a permanência, modificações e, em alguns casos, o possível desuso de práticas relacionadas ao uso dos ferros no sertão paraibano, mais especificamente nos municípios de Sousa e Aparecida. Em seguida, a partir de um estudo gráfico, realizado com o intuito de identificar os elementos constitutivos das marcas de ferrar, percebeu-se que os desenhos das marcas são concebidos a partir de traços expressivos, que podem ser considerados como referências visuais para o campo das artes gráficas contemporâneas. A partir de um melhor entendimento dessa tradição, pode-se constatar, ainda, a possibilidade de novas reflexões acerca da capacidade simbólica das marcas de ferrar, a partir de valores atribuídos pelo homem do sertão, fazendo concluir que a representação dessas marcas vai além de uma cicatriz no couro do animal. Surgem, assim, dentro desse universo, símbolos de propriedade, nobreza e territorialidade a partir de valores e sentidos atribuídos pelo sertanejo, de forma a identificar tais marcas como referências culturais desse povo. As marcas de ferrar gado representam a dinâmica socioeconômica do sertão, configurando para seus habitantes uma identidade local e contribuindo, em um contexto mais amplo, para a diversidade cultural nacional.

Palavras-chave: ferro de marcar, marca de ferrar, gado, sertão da Paraíba, referência cultural

ABSTRACT

This research seeks to comprehend the dynamics of the symbols used to mark cattle in the hinterlands of Paraíba (North Eastern Brazilian state), in order to identify its importance as a cultural reference. Therefore it was initiated a study regarding the tradition of branding irons (tools), used to mark the animals. And this would actually confirm the existence, changes and in some cases possible disuse of the procedures related to the manipulation of iron tools in Paraiba´s hinterland, specifically in Sousa and Aparecida counties. Following a graphical research performed with the intent to identifying the orderly composition of cattle branding marks, it was noticed that its drawings are composed by expressive traces, which can be considered a visual reference in the field of today´s graphical arts. Once having a better understanding of this cultural tradition, it is possible to have a wider view over the possibility of rethinking the symbolic significance of the branding marks, from values granted by the hinterland natives, one can conclude that the representation of these marks go far beyond a scar left on an animal's skin. Thus appear within this all, symbols of ownership, nobility and territoriality from values and meaning given by the hinterland natives, in order to identify these marks as reference of these folks culture. The marks of branding cattle represents the socio-economic dynamics of the hinterland, shaping for its habitants a local identity and adding in a broader contest to national cultural diversity.

Keywords: Branding iron, branding marks, cattle, Paraiba´s hinterland, cultural reference

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO 1 - Os ferros de marcar gado 20

1.1 Os caminhos do gado 20

1.2 A tradição dos ferros 24

1.2.1 A ferra 25

1.2.2 As festas de apartação 29

1.2.3 A concepção de uma marca 30

1.2.4 O ferro da ribeira 34

1.3 O ofício do ferreiro 35

1.4 A legislação 39

CAPÍTULO 2 - Um estudo gráfico das marcas 43

2.1 A heráldica sertaneja 43

2.1.1 Breve analogia entre brasões e marcas 45

2.1.2 As diferenças 48

2.1.3 Outra forma de marcação: os sinais nas orelhas 51

2.2 O potencial gráfico das marcas de ferrar 53

CAPÍTULO 3 - Marcas de ferrar: algumas simbologias 58

3.1 Um selo de propriedade 60

3.2 Símbolos de nobreza 62

3.3 Delimitação territorial: o ferro da ribeira 66

3.4 Referências culturais do sertão 68

CONCLUSÃO 73

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 79

APÊNDICE - Exposição: Sob os signos das boiadas 82

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca compreender a tradição das marcas de ferrar gado, produzidas a partir de ferros em brasa. A marca impressa, com o tempo, passa a fazer parte do couro do animal, como se ali tivesse nascido, possuindo uma representatividade que vai muito além de uma cicatriz. Assim, pretende-se entender estas macas enquanto referências culturais, refletindo-se a respeito dos diversos significados e valores atribuídos a esses sinais, identificando sua importância para a sociedade e, consequentemente, para a cultura do povo sertanejo.

Para a definição do recorte espacial, tomou-se como ponto de partida o conjunto arquitetônico da Fazenda Acauã, localizado no município de Aparecida. Esse bem cultural, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1967, é formado por Casa Grande, Capela e Sobrado e representa uma importante referência da ocupação do sertão nordestino, além de manter atividades relacionadas à criação de gado até os dias atuais.



FIGURA 01: Conjunto arquitetônico da Fazenda Acauã, Aparecida, Paraíba. Foto: Daniella Lira.

Assim, por comportar a Fazenda Acauã em seu território, referência fundamental do processo de ocupação territorial do sertão paraibano, incluiu-se o município de Aparecida no recorte espacial proposto, bem como o município de Sousa (a quem pertencera Aparecida, enquanto Distrito, até o ano de 1994), pela importância histórica e geográfica, bem como pela influência sociopolítica e econômica que exerce em toda essa região. Quanto ao recorte temporal, a pesquisa trata das marcas usadas pelos sertanejos desde o processo de ocupação do sertão paraibano, segunda metade do século XVII, quando surgiram as primeiras fazendas de gado na região, até os dias de hoje.



FIGURA 02: Mapa da Paraíba. A área escura corresponde ao sertão e em destaque os municípios que definem o recorte espacial dessa pesquisa, Sousa e Aparecida.

Iniciou-se, então, um estudo mais detalhado acerca dos ferros usados na marcação de animais, de forma a contextualizá-los no recorte espacial previamente definido - os municípios de Sousa e Aparecida - bem como promover uma maior compreensão desta tradição. Inevitavelmente, abriu-se um novo horizonte, repleto de conhecimentos a respeito da

realidade rural em que vive o homem sertanejo, apontando um mundo novo para quem “está chegando”.

Em relação aos ferros, segundo Virgílio Maia, é importante esclarecer que “[...] ao instrumento de ferro usado para marcar o gado tanto se chama marca como ferro. Diz-se indistintamente marca de ferrar ou ferro de marcar” (2004, p. 26). A marca é um sinal individual de propriedade, usada pelos criadores de gado para identificar cada rês que, por sua vez, carregará, indelevelmente, seu dono impresso no couro.

De acordo com esta tradição, as marcas surgem a partir de um desenho inicial que serve de base para toda uma família. Nessa base, que pode ser identificável ou não, os descendentes acrescentam ou subtraem traços de acordo com seus critérios pessoais, criando novas marcas originais capazes de diferenciar suas posses. Mas essa não representa a única forma de se criar uma marca. Os filhos podem, simplesmente, usar a mesma marca do pai, acrescentando um segundo ferro com um número que os caracterize ou podem, ainda, criar uma marca totalmente original.

Segundo alguns autores, como Gustavo Barroso (1962) e Ariano Suassuna (1974), as diferenças acrescentadas ao ferro ancestral, podem ser consideradas como elementos de uma verdadeira heráldica, semelhante em alguns aspectos àquela dos brasões usados por cavaleiros e nobres medievais que, com o tempo, se transformaram em representações familiares. É a “heráldica dos sertões”, com seus encadeamentos de marcas, ligadas umas às outras por traços simples, capazes de representar, assim, as famílias da região.

Depois de concebida, a marca é, então, desenhada para que o ferreiro possa produzi-la com mãos de artista, em uma oficina, muitas vezes, herdada do pai que um dia lhe ensinou o ofício. Finalizado, o ferro é testado na madeira mais próxima à mão do ferreiro e apresentado ao dono que já pode registrá-lo na prefeitura do município onde reside, legalizando sua marca e dando continuidade a mais um costume da região, já que esse registro não representa uma obrigação determinada pela legislação.

A marcação pode então ser realizada, é a ferra, o ato de marcar. Os vaqueiros entram em cena e, de forma que parece ser calculada, laçam o animal, prendem-no e, com o ferro em brasa, marcam-no para sempre. A ferra é um dia de festa que o sertanejo aprendeu a comemorar, mas pode parecer uma verdadeira tortura para quem não está acostumado com as “coisas do sertão”.

Essas são as principais atividades relacionadas à tradição dos ferros. Algumas outras caíram em desuso como as “festas de apartação” e o uso do ferro da ribeira, pelo fato de, praticamente, não se criar mais o gado a solta. As festas serviam para juntar os rebanhos que se misturavam pelas fazendas e distribuí-los aos seus respectivos donos, sendo, em seguida, finalizadas com comida, bebida e vaquejadas. Já o ferro da ribeira, era usado como uma segunda marca que representava a região geográfica de origem do animal, complementando sua identificação. Com o uso de cercas, os campos indivisos diminuíram e essas práticas foram perdendo o sentido.

A partir de um melhor entendimento sobre a tradição dos ferros, pode-se constatar a possibilidade de novas reflexões acerca de uma capacidade simbólica das marcas de ferrar. Com os valores atribuídos pelo homem do sertão, pode-se entender que a representação dessas marcas vai muito além da personificação de uma cicatriz feita a “ferro e fogo” em um animal.

As marcas são capazes de representar a propriedade, não apenas de animais, mas de qualquer bem material que as receba; podem, também, caracterizar a “origem nobre” das famílias, assim como faziam os brasões de armas na tradição europeia medieval e, por fim, são capazes, ainda, de demarcar um espaço territorial próprio, constituído por áreas completamente dissociadas dos limites municipais – as ribeiras remanescentes do período colonial.

Ao considerar ainda, a partir da perspectiva do patrimônio cultural, a dinâmica de valores e sentidos atribuídos por um grupo social diretamente ligado às manifestações culturais, as marcas de ferrar, enquanto símbolos, podem ser consideradas como referências culturais de um grupo de pessoas que fazem parte do universo rural, no qual a tradição dos ferros está inserida.

O interesse inicial pelo estudo das marcas de ferrar gado surgiu a partir do empenho da Superintendência do Iphan na Paraíba em desenvolver ações relacionadas aos caminhos do gado, atrelados ao processo de expansão territorial que aconteceu no interior do nordeste do Brasil. Neste sentido, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional vem desenvolvendo uma série de ações focadas na valorização da região do sertão paraibano, como, por exemplo, o registro e a sistematização de sítios arqueológicos e paleontológicos, o mapeamento de manifestações culturais, a exemplo do projeto de Salvaguarda Emergencial

das Bandas Cabaçais[1] e dos Pontões[2], o estudo dos caminhos do gado, responsável pelo povoamento da região, e a preservação do Sítio Histórico "Fazenda Acauã", propriedade de criação e passagem de gado, considerada como marco da conquista e resistência dos sertões nordestinos.

A partir do compromisso assumido por essa Superintendência em desenvolver ações relacionadas a essa região e à necessidade de novas reflexões a respeito das atribuições de valores a bens culturais, resolveu-se que este trabalho, promovido por meio do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP) - transformado em Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP/MP) - seria desenvolvido a partir de uma combinação entre o estudo dos caminhos do gado e o *design*, área de formação da pesquisadora.

Partindo dessa premissa, aliada à vontade de desenvolver uma pesquisa a partir de uma perspectiva gráfica, surgiu, então, a ideia de se trabalhar com as marcas impressas no couro dos animais. Essa aspiração inicial foi se ampliando à medida que os estudos mostravam a força e a complexidade dessa tradição, assunto pouco explorado nos trabalhos desenvolvidos até então na Superintendência.

Deste modo, com o intuito de utilizar o *design* como ferramenta capaz de agregar valor aos estudos relacionados ao *patrimônio cultural*, decidiu-se estreitar a combinação proposta, definindo como objeto dessa pesquisa as marcas de ferrar gado usadas no sertão da Paraíba, adentrando, assim, em um universo riquíssimo também do ponto de vista gráfico.

Percebeu-se, ainda, a falta de pesquisas mais aprofundadas a respeito da permanência do uso dos ferros na atualidade. As práticas relacionadas à tradição das marcas de ferrar bois foram espalhadas durante o processo de ocupação dos sertões promovido pela Coroa portuguesa, de forma que grande deve ter sido o alcance dessa empreitada. Foi possível ter acesso a algumas obras da literatura regional que abordam o assunto acerca dos ferros como, por exemplo, *Terra de Sol,* de Gustavo Barroso; *Tradições Ruralistas: marcas de gado, experiências, clima e outras histórias,* de Aderaldo de Medeiros Ferreira; *Rudes Brasões: ferro e fogo das marcas avoengas,* de Virgílio Maia e *Ferros do Cariri: uma heráldica*

[1] Conjunto instrumental de percussão e sopro constituído por uma zabumba, bombo ou tambor de couro, uma caixa, também de couro, e dois pífanos.

[2] Grupo folclórico centenário do município de Pombal, Paraíba, composto exclusivamente por homens que dançam e carregam uma lança (pontão) enfeitada de fitas multicoloridas.

sertaneja, de Ariano Suassuna. Entretanto, é perceptível a escassez de pesquisas que tratam desse tema na contemporaneidade.

Através desse trabalho pretende-se contribuir também para a realização de novos estudos que venham a tratar das marcas de ferrar gado a partir de novas perspectivas, ou ainda que aborde esse assunto em outras regiões, que por algum motivo receberam influências do ciclo do gado.

Enfim, é fundamental considerar que as marcas de ferrar vão muito além de uma cicatriz indelével no couro de um animal. Entende-se que os ferros representam uma forma de identificação do homem do sertão, mas é preciso ultrapassar a marca física. Assim, essa pesquisa se propõe a identificar, a partir da contextualização da tradição dos ferros, os diversos valores e sentidos atribuídos às marcas, capazes de transformá-las em símbolos dentro desse contexto.

A partir dessas questões, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender os significados das marcas de ferrar gado dentro do universo sertanejo. Essa perspectiva provoca a seguinte questão: podem essas marcas ser consideradas referências culturais do homem do sertão?

Deste modo, realizou-se a pesquisa, tendo como objetivos específicos:

- Contextualizar a tradição dos ferros de marcar bois, verificando a permanência da mesma e de suas práticas no sertão da Paraíba, em específico nos municípios de Sousa e Aparecida;
- Identificar a criação de marcas a partir das regras da heráldica sertaneja, bem como identificar os elementos gráficos dessas marcas e o que significam para as artes gráficas na contemporaneidade;
- Identificar os valores atribuídos às marcas produzidas pelos ferros enquanto símbolos de propriedade, nobreza e territorialidade, bem como entender os significados dessas marcas enquanto referências culturais.

Quanto à metodologia, após a definição do objeto a ser pesquisado, da questão norteadora e dos objetivos, fez-se um planejamento em uma dimensão mais ampla, definindo que esta seria uma pesquisa do tipo qualitativa por não considerar a quantificação dos dados e sim o alcance das informações obtidas.

Foi iniciada, então, a coleta de dados, em um primeiro momento, através das pesquisas bibliográfica e documental, e em seguida, através de uma pesquisa de campo, atuando junto às comunidades diretamente envolvidas com o objeto do trabalho, as marcas de ferrar gado usadas no sertão da Paraíba.

Na pesquisa documental, trabalhou-se com registros originais de marcas de ferrar, realizados pelos proprietários, na prefeitura do município de Sousa. Foram encontrados dois livros de registro, o primeiro compreendendo as décadas de 1960 e 1970 e o segundo que se inicia em 1993 e vai até os dias atuais. Esses livros apresentam os dados pessoais dos titulares dos ferros, bem como seus desenhos carimbados.

Na pesquisa bibliográfica, encontrou-se mais que o esperado, de forma que surgiu a possibilidade de um maior aprofundamento acerca do assunto. Além dos temas específicos sobre a tradição dos ferros de marcar animais, foram consultadas também fontes relacionadas à ocupação dos sertões paraibanos, ao *design* e ao patrimônio cultural.

Em seguida à pesquisa bibliográfica, foi realizada a pesquisa de campo, baseada na observação, buscando uma interpretação dessa realidade, para que se pudesse adquirir informações acerca do assunto estudado. Assim, a coleta de dados foi feita diretamente no local escolhido como recorte espacial desse trabalho, os municípios de Sousa e Aparecida.

Foram realizadas duas visitas técnicas para essas localidades. A primeira aconteceu entre os dias 26 e 29 de abril de 2010, com o a acompanhamento de dois técnicos da Superintendência do Iphan na Paraíba: a arquiteta Carla Gisele M. Santos Martins Moraes e o antropólogo Emanuel Oliveira Braga. Quanto à segunda viagem, que aconteceu entre os dias 24 e 27 de janeiro de 2011, a equipe técnica participante foi formada pela arquiteta Christiane Finizola Sarmento, pela historiadora Paola Romão Bonfim e novamente pelo antropólogo Emanuel Oliveira Braga. As duas idas ao sertão da Paraíba contemplaram os municípios de Sousa e Aparecida.

Procurou-se, então, entrar em contato com pessoas que estivessem diretamente associadas à tradição dos ferros. Assim, foram entrevistados criadores de gado, ferreiros e vaqueiros, através de uma abordagem direta, com perguntas e respostas espontâneas.

No quadro a seguir podem ser visualizados os entrevistados pela equipe, bem como suas profissões e endereços.

NOME	PROFISSÃO	LOCALIZAÇÃO
José Leite Pordeus (Galego)	Criador de gado	Sítio Várzea do Pintado/Aparecida
Milton de Assis Garrido	Criador de gado	Sítio Angicos/Aparecida
Tiburtino Cartaxo de Sá	Criador de gado	Sousa
Luis José Vieira da Nóbrega (Laércio)	Criador de gado	Sítio Santa Cruz/Sousa
Lauciane Vieira de Andrade	Criador de gado	Sítio Santa Cruz/Sousa
Bento Soares da Silva	Criador de gado	Sítio Paraíso
Francisco Supino de Sá	Vaqueiro	Fazenda Angélica/Aparecida
Francisco Antônio de Sousa (Neguinho)	Vaqueiro	Sítio Massapé/Aparecida
José Manuel do Nascimento (Zé Ferreiro)	Ferreiro	Sousa
Israel José do Nascimento	Ferreiro	Sousa
José Bonifácio de Sousa (Zé Preto)	Ferreiro	Aparecida
Benedito de Sousa	Ferreiro	Aparecida

Buscou-se realizar entrevistas não estruturadas, priorizando a informalidade, no intuito de promover um maior conforto às pessoas abordadas e, consequentemente, narrações mais completas e contínuas, capazes de informar a maior quantidade possível de detalhes, buscando-se a mínima interferência do pesquisador. Além das conversas informais, procurou-se ainda, através da técnica da observação, captar os mais diversos aspectos do universo sertanejo, bem como as atividades desenvolvidas por esses indivíduos no uso dos ferros de marcar animais. Salienta-se que todos os encontros, registrados por meio de fotografias e gravações em áudio e vídeo, estão no arquivo da Superintendência do Iphan na Paraíba.

Durante a primeira visita técnica, a equipe teve a oportunidade de presenciar uma ferra de gado, realizada no sítio Santa Cruz, município de Sousa, de propriedade de Luis José Vieira da Nóbrega, conhecido como Seu Laércio. Esse registro foi de grande importância para uma melhor compreensão da prática realizada para marcar animais com os ferros. Além desse momento, igualmente importante foi a possibilidade de testemunhar a produção de um ferro encomendado pela equipe de pesquisa ao ferreiro Israel José do Nascimento. Esses momentos

foram fundamentais para compreender como ocorre, na prática, o processo de marcação do gado e a produção de um ferro com a marca utilizada na ferra, atividades que continuam a ser realizadas até os dias atuais.

A partir da sistematização e da análise do material coletado, foi possível propor reflexões acerca da simbologia das marcas de ferrar, bem como de possíveis significados desses grafismos para o campo do patrimônio cultural.

Para tentar dar conta destas questões, esta pesquisa percorre um caminho que trata, inicialmente, das práticas e costumes que fazem parte do diversificado universo das marcas de ferrar bois, traçando um paralelo entre a pesquisa bibliográfica e as informações coletadas *in loco* e buscando compreender esta tradição, de forma detalhada, bem como seu comportamento na atualidade.

Em seguida, a partir de uma perspectiva gráfica, a pesquisa busca apreender a criação das marcas de ferrar, a partir de desenhos compostos por traços que, individualmente ou em conjunto, identificam os criadores de gado de uma região. Segundo a tradição, estes traços são elementos da chamada heráldica sertaneja, cujas regras são passadas de geração em geração, identificando famílias e contribuindo como referencial gráfico, capaz de inspirar artistas no campo das artes.

Por fim, a partir de todas as informações obtidas e de um maior entendimento acerca da tradição dos ferros, esta pesquisa propõe algumas reflexões a fim de tentar compreender a relação entre essa tradição e o campo do patrimônio cultural. Percebeu-se que as marcas não podem ser consideradas como meros signos que identificam um criador de gado, podendo ir muito além, a partir do momento em que lhes são atribuídos valores e sentidos que as transformam em símbolos de uma região, contribuindo para a formação de uma identidade local. E é a partir dessa dinâmica de valores acumulados e da ideia de que um bem cultural não vale por si mesmo, que pretende-se demonstrar ao final desse trabalho que as marcas de ferrar gado podem ser consideradas referências culturais do homem do sertão.

A partir do percurso realizado, esta dissertação foi então organizada em três capítulos:

- Capítulo 1 – *Os ferros de marcar gado* – aborda a tradição do uso dos ferros e das práticas envolvidas, comparando o que se tem publicado sobre o assunto às observações em campo, retratando as modificações sofridas por essa tradição e sua permanência nos dias de hoje.

- Capítulo 2 – *Um estudo gráfico das marcas* – trata da concepção de marcas a partir de regras inspiradas na heráldica dos brasões. Inicia ainda uma reflexão a respeito do potencial gráfico das marcas e de seus elementos constitutivos como referência visual para o campo das artes gráficas.
- Capítulo 3 – *Marcas de ferrar: algumas simbologias* – identifica os valores atribuídos às marcas de ferrar, transformando-as em símbolos de propriedade, nobreza e territorialidade, bem como discute essas representações simbólicas como referências culturais do povo sertanejo.

Por fim, registra-se a importância desse estudo como uma forma de produzir reflexões acerca das marcas de ferrar nos âmbitos gráfico e cultural. No primeiro, entende-se que as marcas e seus traços podem ser usados como referência visual para o campo das artes gráficas e, no segundo, como referências culturais de um determinado grupo, contribuindo para a continuidade dessa tradição em nível local e para a valorização da diversidade cultural nacional, em um sentido mais amplo.

1 Os ferros de marcar gado

> *E toda essa tradição parece que está sendo arredada das lembranças e varrida das casas como uma nódoa. A obrigação de mantê-la viva não é por soberba descabida e sim por respeito ao tempo que se foi, pois é com os cacos das coisas que se reconstitui um passado e se argamassa a história de um povo.*
>
> Oswaldo Lamartine de Faria

1.1 Os caminhos do gado

Apesar das conjecturas de alguns autores acerca da origem da marcação de animais como forma de determinar propriedade, não existem, na literatura consultada, data nem local precisos a respeito deste assunto. A citação mais antiga dessa atividade, à qual se teve acesso, está no livro do arqueólogo Pierre Montet, que descreve tradições do Antigo Egito e, entre elas, documenta a forma como a ferra era realizada e a preocupação do homem em proteger seu gado:

> Uma excelente precaução contra o roubo era marcar as reses. [...] Vacas e bezerros são reunidos num canto do pasto; uma por uma, cada rês é laçada. Com as patas amarradas, ela é derrubada como se fosse abatê-la. Os operadores aquecem o ferro num fogareiro e imprimem-no na espádua direita (MONTET, 1989, p.130).

Esse texto é reafirmado por uma pintura egípcia, que mostra a marcação em 2000 a.C., na cidade de Tebas, no Alto Egito (FIGURA 03). Como afirma Gombrich (1999, p.60), os egípcios costumavam retratar em suas pinturas a vida real, preservando a plenitude dos fatos da forma mais clara possível, reforçando, assim, a hipótese de que realmente existia, há cerca de 4.000 anos, uma marcação em animais.

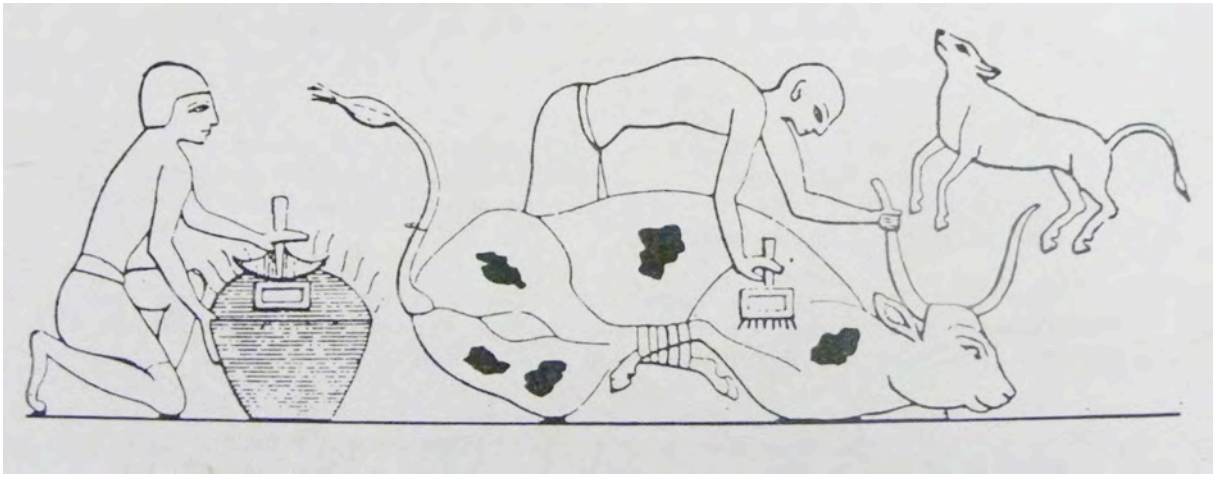


FIGURA 03: Pintura tebana que retrata a ferra do gado no Antigo Egito, em 2000 a.C (FARIA, 1984, p.18).

A citação de Montet (1989) e a pintura acima ressaltada servem para indicar a antiguidade desta prática, percebendo-se semelhanças com o método de prender e ferrar gado existente nos dias de hoje no sertão paraibano, como pode ser observado nas imagens obtidas na pesquisa de campo, de uma ferra realizada no Sítio Santa Cruz, do senhor Luis José Vieira da Nóbrega, mais conhecido como Seu Laércio, no município de Sousa, Paraíba.





FIGURA 04: Seu Laércio esquentado os ferros na fogueira. Foto: Daniella Lira
FIGURA 05: Momento da ferra quando o animal é imobilizado. Foto: Daniella Lira.

A tradição de marcar animais com ferro em brasa pode também ser observada em registros da civilização grega, através das palavras do escritor Gustavo Barroso, que afirma existir o apontamento dessa atividade numa ode de Anacreonte[3] e, em seguida, complementa: “O poeta diz que os verdadeiros amantes imprimem um sinal de fogo nos corações, sinal pelo

[3] Poeta grego que viveu de 582 a 485 a.C. (MAIA, 2004).

qual se reconhece o verdadeiro amor, como os *Partas se reconheciam por suas tiáras e os cavalos pela marca queimada em sua côxa*" (BARROSO apud MAIA, 2004, p.4). Embora ressalte apenas a ferra em cavalos, representa uma forma de marcação a fogo, o que levanta a possibilidade da extensão dessa atividade ao gado.

Dando continuidade aos povos antigos, em Roma também se assentou a prática da marcação. "Nascida a criação, outro cuidado seja; deixe as mães, venha à prole. Antes dos mais desvelos, tens de ferrar com fogo marca dos vitelos" (VIRGÍLIO apud MAIA, 2004, p.6). Esse trecho do clássico *Geórgicas*, escrito pelo poeta Virgílio, destaca o cuidado em ferrar o animal ainda filhote e aponta o uso da marcação a ferro também por essa civilização.

Certamente, os caminhos percorridos pela tradição dos ferros foram muitos, mas procurou-se identificar um que levasse essa prática a terras brasileiras, a fim de traçar um percurso capaz de chegar ao recorte espacial dessa pesquisa – o sertão da Paraíba.

Partindo, então, de Roma, as marcas foram levadas à Península Ibérica – onde mais tarde seria Portugal – após a conquista romana que aconteceu por volta de 138 a.C, passando a ser utilizadas, juntamente à língua e aos demais costumes do conquistador. Confirmando mais uma vez o uso dos ferros, em meados do século XV, o barão Leão de Rosmithal deixa registrado, durante suas viagens por essa região, a criação livre do gado, marcado com um sinal e solto por selvas e desertos (MAIA, 2004; JÚLIO, 1978).

Segundo Oswaldo Lamartine Faria (1984), sabe-se que Portugal enviou gado para a colônia, como registrado em uma carta ao rei, pelo primeiro-mandatário, governador Tomé de Sousa, em 1551. Porém, não se pode afirmar que esses animais chegaram aqui ferrados com as marcas de seus antigos proprietários, mas, supõe-se, que pelo registro da existência da marcação de animais em Portugal, já no século XV, a tradição dos ferros atravessou o Atlântico e passou a ser praticada também no novo mundo, por uma necessidade de se determinar a posse dos animais ou, simplesmente, por ser tradição do colonizador.

No Brasil, o uso dos ferros se disseminou, de forma que, por influência do colonizador, até mesmo algumas etnias indígenas passaram a usá-los, como é o caso dos Kadiwéu[4]. Os antropólogos Guido Boggiani e Darcy Ribeiro estudaram essa etnia e destacaram a estética de suas marcas, bem como o seu uso em animais e objetos, como uma maneira de reconhecer a propriedade individual (MAIA, 2004).

[4] Subgrupo dos Guaicuru, os famosos índios cavaleiros. Os Kadiwéu viviam e ainda hoje resistem nos alagadiços entre o Mato Grosso do Sul e o Paraguai (MAIA, 2004).

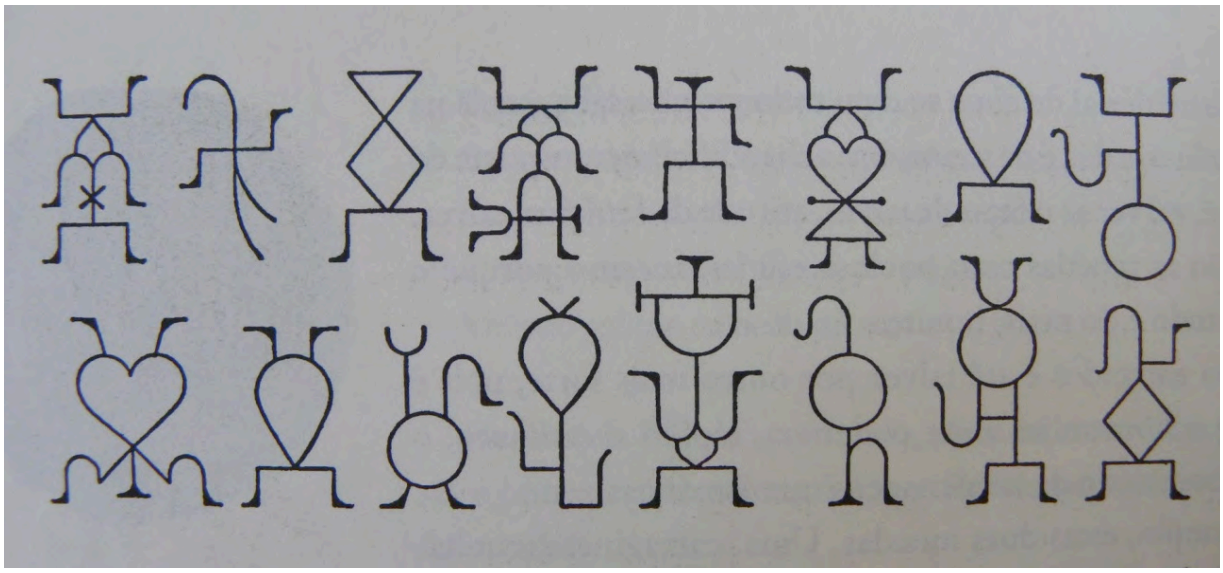


FIGURA 06: Marcas usadas pelos índios Kadiwéu registradas por Guido Boggiani (MAIA, 2004, p.8).

Segundo Virgílio Maia (2004), o gado enviado por Portugal aportou em três pontos do litoral brasileiro. Em 1534, os primeiros animais desembarcaram na capitania de São Vicente, sob custódia de Ana Pimentel, consorte e procuradora do donatário Martim Afonso de Sousa; em 1535, foi enviada nova carga para o diligente Duarte Coelho, na Capitania de Pernambuco; e em 1549, chegaram à Bahia, novas reses a pedido do governador Tomé de Sousa.

Com o processo de colonização, iniciou-se a formação da cultura do gado, que se estendeu por todo o sertão nordestino, representando um fator determinante na formação de uma identidade cultural regional e na delimitação urbana dessa região. Nesse momento inicial de ocupação do sertão, a dinâmica social estava estritamente relacionada ao gado, de forma que surgiram povoados a partir dos locais de criação, dos pontos de troca e das passagens das boiadas (FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO, 1998).

A partir da Casa da Torre, fundada na Bahia por Garcia d'Ávila[5], desenvolveu-se o controle das entradas, destinadas à ocupação do interior do nordeste e à consequente posse de grande parte dessa região. Sucessivas gerações da família Ávila desbravaram essas terras mantendo por três séculos o domínio econômico, político e militar de uma extensão territorial

[5] Luiz de Brito de Almeida de Garcia de Ávila veio ao Brasil na expedição de Tomé de Sousa, em 1549, com a missão de proteger e povoar as terras da colônia portuguesa. Construiu na enseada de Tatuapara, Bahia, uma torre fortificada, que hoje se encontra em ruínas e é considerada como o único exemplar de morada feudal no Brasil (FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO, 1998, p.2).

com cerca de 300.000 km², que se estendia da Bahia ao Maranhão. Dentro desse domínio se encontrava a ribeira do Rio do Peixe, região do sertão paraibano, que hoje compreende, entre outros, os municípios de Sousa e Aparecida (BANDEIRA, 2007).

A ocupação do território paraibano, que antes se concentrava no litoral e na zona da mata, foi então direcionada para o interior e concretizada após cerca de quinze anos de lutas consecutivas contra os índios que ali habitavam. O domínio do sertão da Paraíba foi praticamente dividido entre os Ávila, desbravadores das terras, e os Oliveira Lêdo, vindos da Bahia como procuradores e rendeiros das sesmarias[6] situadas na ribeira do rio do Peixe, que pertenciam aos senhores da Casa da Torre, no final do século XVII e início do século XVIII, quando surgem as primeiras fazendas de gado nessa região (FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO, 1998).

> Formando latifúndios, esses "poderosos do sertão" conduziam não só as manadas de animais, mas também o destino dos homens. Aproveitando os caminhos abertos pelo gado, impulsionavam os deslocamentos da população pelo interior, adentrando regiões inóspitas e fundando povoados (FERREIRA, 2002, p.27).

Percebe-se que a pecuária foi fundamental para a penetração dos desbravadores pelo sertão, apesar da grande dificuldade de transporte, mas como já dizia Capistrano de Abreu: "o gado transporta o dono" (apud SEIXAS, 1975, p.72). E ele tinha razão, pois nos caminhos abertos pelas boiadas surgiram povoados, vilas e cidades, ligando regiões distantes e contribuindo para a expansão e a fixação do homem no sertão.

1.2 A tradição dos ferros

Com o processo de ocupação territorial no nordeste e mais especificamente nos sertões, a criação de gado passou a ser uma das principais atividades econômicas, de forma que as práticas relacionadas ao ciclo do gado – entre elas a marcação dos animais – tornaram-se recorrentes na região.

---

[6] "[...] regiões incultas e despovoadas, que os reis de Portugal ou os governadores das capitanias concediam as pessoas de merecimento e serviços, quer para nelas tratarem da agricultura, quer para situarem os seus gados" (SEIXAS, 1975, p.68)

No sertão da Paraíba, o uso dos ferros de marcar gado vem sendo transmitido de pais para filhos, no decorrer dos tempos. É uma tradição que mesmo sem regras escritas determinando como deve ser realizada, conseguiu varar o tempo: “O que é símbolo de sadio orgulho e maior respeito entre todos os povos pastores da terra, está em nossos sertões se delindo pelo descaso de muitos [...]” (FARIA, 1984, p.39).

Essa continuidade pode ser comprovada na pesquisa de campo através de exemplos de sertanejos que, independente de nível social ou econômico, continuam usando os ferros como instrumento para marcar seus rebanhos e garantir, assim, suas posses. Ficou claro que alguns aspectos da tradição se perderam, enquanto outros se modificaram, mas entende-se que essas mudanças fazem parte do processo de transmissão.

A seguir, pretende-se apontar algumas práticas que fazem parte dessa tradição, bem como estabelecer algumas analogias entre o que foi observado na literatura sobre esse tema e a pesquisa de campo, buscando assinalar as transformações e permanências dessa tradição.

1.2.1 A ferra

“E enquanto um ‘homem’ quebrava a cauda e forçava com o joelho o vazio de cada rês para ela não espernear, o outro alisava o pêlo, sentava a marca cadente, com a mão maneira – um pouco mais que o peso do próprio ferro” (FARIA, 1984, p.29).

A ferra é o ato de marcar o animal com o ferro em brasa, considerada por Sílvio Júlio (1978), como uma “cerimônia sertaneja”. Na pesquisa de campo foi possível assistir a um desses rituais na fazenda do senhor Luis José Vieira da Nóbrega (Seu Laércio), município de Sousa, Paraíba.

A marcação se inicia com a separação e o confinamento do gado a ser marcado, em um curral pequeno para facilitar a captura. Um a um, os animais são laçados pelo vaqueiro, que, experiente, joga a corda ao ar, rodopiando em uma trajetória certeira, desenhada para enlaçar a rês.

Nesse momento, mais dois personagens entram em cena para imobilizar o animal laçado, que já se encontra no chão. Colocam os dedos em suas narinas, puxam seu rabo por

entre as pernas, quebram, enfim, todas as suas forças, obrigando-o a assistir resignadamente sua própria marcação (FIGURA 05).

Fora do curral, outro vaqueiro cuida da fogueira (FIGURA 04), que deixa em brasa os ferros, passando-os ao responsável pela feitura da marca, aquele mesmo que outrora laçou a rês. Preciso, como se mirasse um alvo, o vaqueiro assenta o ferro no couro do animal, que chia reclamando da quentura, desenhando, assim, uma cicatriz que passará a fazer parte daquele corpo, como se nele tivesse nascido. A fumaça se espalha junto ao cheiro de couro queimado e aos berros da rês que inutilmente tenta se soltar.

Após a primeira marcação, os demais componentes do rebanho amontoam-se em um dos cantos do curral, buscando uma saída, mas a porteira está fechada e nada mais lhes resta a não ser a tentativa de enganar o laço do vaqueiro, para retardar por alguns instantes a queimadura produzida pelo ferro em brasa.

"[…] num instante está o gado ferrado, os traços do desenho da marca vivos e vermelhos, só com o passar do tempo cicatrizará e ficará parecendo que a rês sempre teve aquele distintivo, que é coisa de nascença" (MAIA, 2004, p.27-28).

O vaqueiro deve ser preciso com o manuseio do ferro, para que a marca saia corretamente, sem borrões, caso contrário, assim permanecerá. E, para finalizar, contribuindo para que haja uma boa cicatrização, costuma passar na queimadura estrume fresco ou graxa, evitando que a mosca varejeira ponha suas larvas na ferida causada pelo ferro em brasa, criando bicheira.





FIGURA 07: Marca do Seu Laércio, fazendeiro do município de Sousa, Paraíba. Foto: Daniella Lira.
FIGURA 08: Após queimar a marca, costuma-se passar graxa para proteger. Foto: Daniella Lira.

Deve haver um cuidado também na posição em que se ferra o gado, para livrar a parte mais nobre do couro (FIGURA 09). A primeira ferra deve ser feita no quarto ou perna posterior do animal e no caso da troca de proprietários, o novo dono deve usar uma contra ferra mais acima da marca anterior. Essa prática determina ainda que ao se adquirir uma rês já marcada, ferra-se acima ou à frente, de forma que da perna posterior, a marca seguinte deve ser deslocada para a perna dianteira – também conhecida como "pá" – e daí para o pescoço e o queixo (FARIA, 1984; MAIA, 2004).

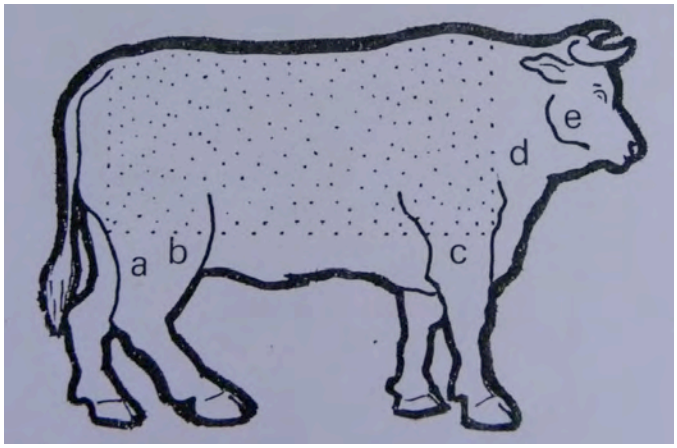


FIGURA 09: Desenho de animal com as indicações da parte mais nobre do couro (área pontilhada) e com letras indicando a ordem crescente das áreas que devem ser ferradas – perna (a,b), pá (c), pescoço (d) e queixo (e) (FARIA, 1984, p.30).

Voltando à questão da "crueldade" em relação à marcação do gado com o ferro em brasa, entende-se que essa prática pode parecer desumana para quem não vive nesse universo rural, mas além de necessária para aqueles que lidam com o gado, "faz parte da cultura" dessas pessoas, que muitas vezes presenciam a ferra desde crianças, entendendo-a como "natural".

Contudo, é importante destacar a existência de instrumentos internacionais, como por exemplo, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial[7], que buscam limitar o reconhecimento de manifestações e processos culturais, excluindo as práticas que envolvam mutilações e sacrifícios humanos ou de animais, devastação do meio-ambiente,

[7] A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, realizada pela UNESCO, em Paris, leva em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e de um desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2003).

restrição de liberdades individuais e coletivas, condutas belicosas, etc. (FONSECA, 2008, p.8).

Tendo em vista estes instrumentos e convenções internacionais, entende-se que os processos de patrimonialização podem excluir a prática da ferra aqui tratada, ainda que haja um reconhecimento local dos grupos diretamente ligados ao bem em questão, por entender que os animais estão sofrendo "maus tratos e/ou atos cruéis", como estabelece, por exemplo, o artigo 3 da Declaração Universal dos Direitos dos Animais[8].

Contudo, Fonseca (2008), complementa essa discussão chamando a atenção para o relativismo das culturas, colocando em pauta o questionamento de alguns meios acadêmicos da pretensão de convenções internacionais em estabelecer valores "universais" para os grupos sociais formadores de diferentes referências culturais:

> Esse ponto-de-vista não é, no entanto, pacificamente aceito pela comunidade acadêmica, pelas organizações não-governamentais e pelas comunidades, que questionam a universalização de valores de tradição ocidental – fundados no individualismo e no laicismo, com base em oposições como humano/não humano, natureza/cultura, ciência/magia, entre outras – na medida em que são inescapavelmente contingentes e historicamente construídos (FONSECA, 2008, p.8).

É importante ressaltar ainda que esta pesquisa não busca fazer juízo de valor, mas apenas compreender e descrever a dinâmica das marcas de ferrar gado, registrando uma tradição que faz parte da cultura sertaneja.

Outra questão observada na pesquisa é o fato de alguns proprietários usarem “brincos” para identificar seus rebanhos e, ainda assim, continuarem usando os ferros, reafirmando a força marcas de ferrar. Os brincos ou chapas são lâminas de plástico pregadas nas orelhas com um alicate apropriado, que contêm as informações específicas do criador.

[8] UNESCO, 1978.



FIGURA 10: Brinco usado na orelha de um animal como identificação. Foto: Daniella Lira.

Foi registrado também o caso de um fazendeiro, cuja criação é destinada ao fornecimento de carne – gado de corte – e que faz a marcação a frio, ou seja, no lugar de usar o fogo, usa uma pasta de hidróxido de sódio, substância corrosiva, que faz cair o pelo do animal, provocando uma espécie de queimadura. Apesar de ser uma modificação da tradição, percebe-se ainda a permanência do uso do ferro e, mais uma vez, sua continuidade.

Ainda na pesquisa de campo, foi mencionado por um dos fazendeiros entrevistados, a existência de uma tecnologia que usa um chip de identificação eletrônica capaz de indicar todo o histórico de vida do animal. Entretanto, nenhum registro dessa forma de marcação foi identificado na região.

1.2.2 As festas de apartação

Segundo Aderaldo Ferreira (1999), até a década de 1930, nos sertões nordestinos, o gado era criado a solta, sem as limitações impostas pelas cercas. A propriedade de cada rês era, então, identificada pelas marcas queimadas no couro dos animais, que se misturavam pelos campos abertos e serras dessa região. Com o intuito de separar e identificar seus rebanhos espalhados pela redondeza, os fazendeiros esperavam o fim do inverno, para promover as grandes “festas de apartação”.

Luís da Câmara Cascudo (2005) afirma que os vaqueiros passavam semanas reunindo as reses espalhadas pela região, que eram levadas para uma fazenda escolhida previamente,

onde aconteceria a festa. A apartação consistia, então, na identificação do gado, a partir da marca de cada criador, que levava seus próprios vaqueiros e ainda aproveitava para fazer negócios. Do rebanho reunido e identificado, pelos campos indivisos, separavam-se algumas reses para a vaquejada[9], que acontecia habitualmente à tarde e, por fim, serviam o jantar, farto e pesado, regado de muita bebida.

Com o uso de cercas delimitando as fazendas, os rebanhos já não se misturavam como antes, de forma que a prática da apartação, como afirma Ferreira (1999), caiu em total desuso no nordeste. Durante a elaboração da pesquisa, procuraram-se registros atuais das apartações no sertão da Paraíba, mas nenhuma das pessoas[10] às quais se teve acesso tem conhecimento dessa prática na atualidade. Entretanto, todos mencionaram as vaquejadas, que continuam acontecendo, porém de forma diferente, pois o que era uma brincadeira nas festas de apartação, transformou-se em um esporte profissional com regras definidas, pagamento de inscrição e distribuição de prêmios aos vencedores. O que se tem hoje são as "festas de vaquejadas" (FERREIRA, 1999).

1.2.3 A concepção de uma marca

"O desenho da marca pode ser qualquer coisa, as letras iniciais do nome da pessoa, um número, um desenho sem maior sentido, um hieróglifo, um caju com castanha [...] um símbolo astrológico, até" (MAIA, 2004, p.29).

Um fazendeiro inventa uma marca, forjando o primeiro ferro que será chamado de *mesa* ou *caixão* e, a partir dessa base, outras tantas podem surgir, de acordo com sua descendência. Segundo a tradição, os filhos tomam por base o *caixão* da marca do pai, acrescentando alguma alteração, de modo a criar uma marca individual, capaz de identificar suas posses. Essas modificações são denominadas de *diferenças* ou *divisas* e podem ser números, letras ou simplesmente traços retos ou curvos.

Um exemplo desse encadeamento de marcas, tendo por base o *caixão*, é o da família Medeiros, do Seridó paraibano, que em 1739 adotou um quatro deitado e continuou usando-o

[9] Brincadeira que acontecia nas festas de apartação, onde os vaqueiros demonstravam suas destrezas, correndo, em pátio aberto, atrás de um boi, com o intuito de derrubá-lo (FERREIRA, 1999).

[10] Entrevistados na pesquisa de campo.

por várias gerações. A figura 11 mostra as marcas do Senhor Manuel Emiliano e de seus filhos, que conservaram a base do pai e acrescentaram suas *diferenças*, criando marcas individuais.

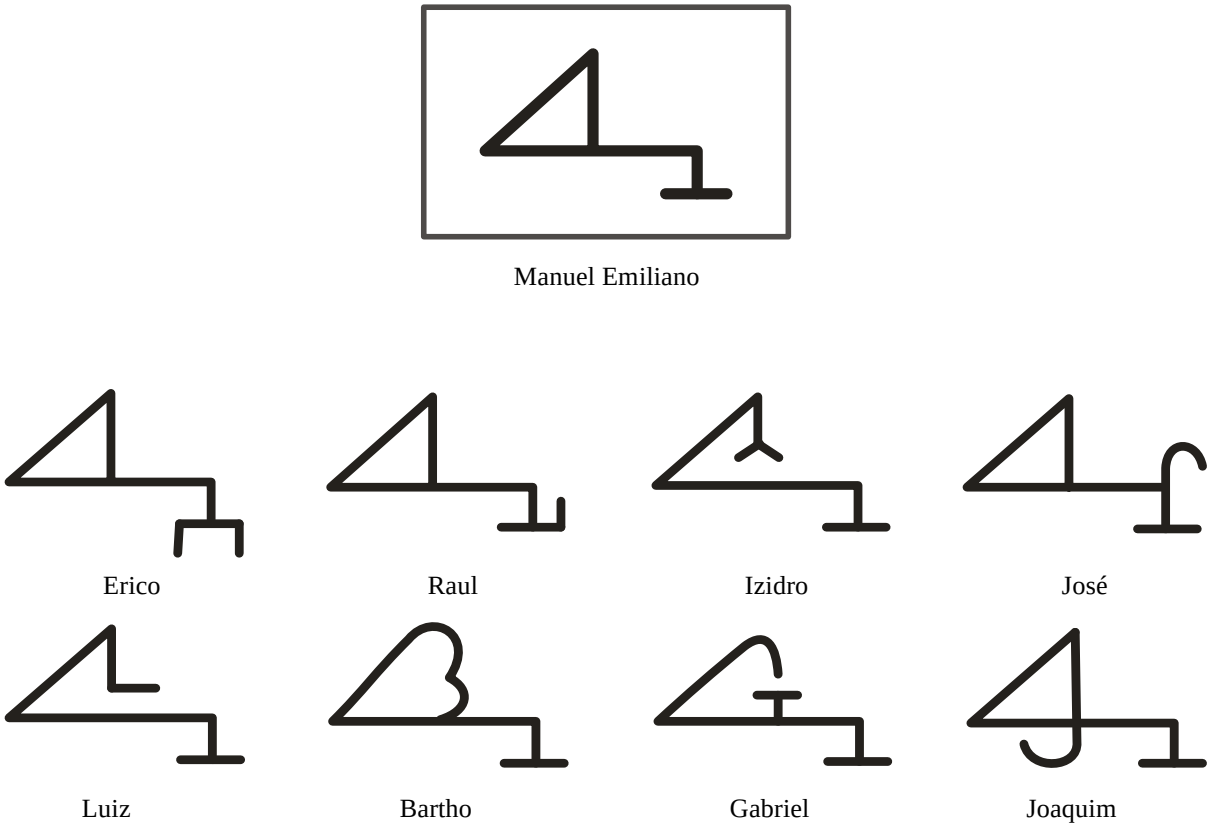
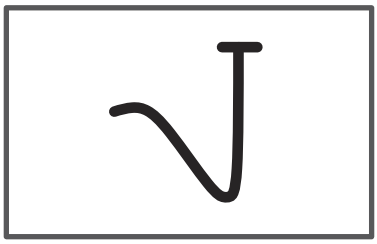


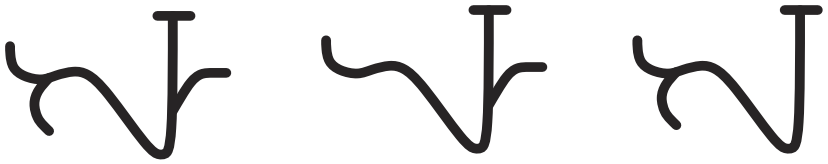
FIGURA 11: Em destaque a marca de Manuel Emiliano, da família Medeiros e, em seguida, as marcas individuais de seus filhos (FERREIRA, 1999, p.50).

É uma tradição que passa de pai para filho, permitindo flexibilidade no momento da criação. As marcas podem surgir a partir de acréscimos e subtrações de algum detalhe, que muitas vezes podem passar despercebidos a alguém de fora, ou ainda podem ser totalmente originais, nos casos em que o filho não usa o *caixão* da marca do pai (MAIA, 2004).

Em visita à fazenda Angélica, no município de Aparecida, sertão da Paraíba, o senhor Francisco Supino de Sá apresentou sua marca, a mesma usada pelo pai e pelo avô. Segundo ele, essa marca foi feita a partir de um caixão da família, que serviu de base para seu avô José e os irmãos Antônio e João.



Caixão da marca



José Supino de Sá Antônio Supino de Sá João Supino de Sá

FIGURA 12: Em destaque, caixão a partir do qual se desenhou a marca de José Supino de Sá – avô de Francisco Supino de Sá – e de seus irmãos, Antônio e João.



FIGURA 13: Ferro usado por Francisco Supino de Sá. Foto: Emanuel Oliveira Braga.

Segundo Gustavo Barroso, os “matutos” têm muito conhecimento acerca dos ferros – o que pode ser comprovado pela facilidade de se coletar informações sobre o assunto – e realmente se preocupam em desenhar marcas originais que sejam do agrado geral.

> A tarefa de escolher um ferro ou um sinal é difícil. Reúnem-se os mais experimentados vaqueiros, discutem, desenham no chão propostas de marcas, comparam com outras, apagam, traçam novamente. Passam horas a fio nisso, até acharem um ferro ainda não usado, um sinal nunca visto. Tal marca parece a de fulano, tal de sicrano; uma tem muito fogo, queima muito, outra é feia, “sem graça”. Chocam-se opiniões, acaloram-se teimas (BARROSO, 1962, p.160).

De acordo com Faria (1984), a sucessão das marcas, acrescentando as *diferenças* ao *caixão*, dava-se sempre com os filhos homens, prevalecendo a cultura patriarcal, enquanto as mulheres identificavam suas reses com o ferro do pai acompanhado de números, a começar pelo número um, para a filha mais velha e assim sucessivamente até a mais nova.

Apesar da afirmação de Maia (2004), a respeito da existência de leis consuetudinárias, que regem a tradição de marcar o gado por diferentes regiões do nordeste, observou-se na pesquisa de campo que no sertão da Paraíba, tanto as mulheres podem ter seus próprios ferros, como também alguns homens costumam simplesmente usar a marca do pai, acrescentando um número que corresponde à ordem de seu nascimento, não criando, portanto, um ferro próprio. Percebe-se, assim, que essa prática sofreu alterações, minimizando os efeitos do patriarcalismo e promovendo uma participação mais igualitária entre todos os filhos, independentemente do sexo.

Surge, assim, outra possibilidade de criação, quando um filho queima junto à marca do pai um segundo ferro, chamado carimbo, que contém um número. Esse somatório de marcas passa a identificar um novo proprietário. Exemplo disso, encontrado no recorte espacial dessa pesquisa, é o caso do criador Lauciane Vieira de Andrade, do Sítio Santa Cruz, que acrescentou o número dois, por ser o segundo filho, à marca de seu pai, o Seu Laércio, identificando, assim, seus animais.



FIGURA 14: Marca de Lauciane Vieira de Andrade, criador do município de Sousa, Paraíba, que usa a marca de seu pai e acrescenta um segundo ferro com o número dois, para identificar seus animais. Foto: Daniella Lira.

1.2.4 O ferro da ribeira

Até o momento em que as propriedades no sertão nordestino não eram ainda cercadas e o gado vivia solto, podendo se distanciar de seus locais de origem, existia a necessidade de ferrá-lo com uma segunda marca, que pudesse promover uma identificação geográfica. Usava-se, assim, a marca da ribeira, representando uma região que compreendia um determinado número de fazendas de gado e que se distinguia das demais pelo nome dos rios que as banhavam. Cada ribeira era representada por um símbolo individual, adotado por todos os criadores de uma mesma região, que usavam um ferro em comum, além da sua própria marca (FERREIRA, 1999).

Assim, quando uma rês desgarrada varava os sertões, alcançando regiões onde o sinal de seu proprietário não era reconhecido, aquele que a encontrasse poderia identificar sua origem através da marca da ribeira e, em seguida, procurar o proprietário, para avisá-lo, pois "assim se entende a honradez do sertão. [...] É obrigação moral de todo vaqueiro dar notícias das reses que encontra; e essa mutualidade de informações mantém cada um em dia com o que vai pelo gado da ribeira" (BARROSO, 1962, p.45)

Para que não houvesse confusão, seguia-se a convenção de queimar o ferro do proprietário no lado direito, na parte mais baixa da coxa, e o da ribeira, na mesma posição, mas do lado esquerdo. Nesse caso, se algum animal, de proprietário não identificado, fosse encontrado, a partir de sua ribeira, poderia se descobrir a região de onde veio e, por conseguinte, o seu dono.

Com a criação de fronteiras e consequentemente a criação confinada do gado, não apenas as festas de apartação deixaram de ser realizadas, como também a marca da ribeira caiu em desuso, de forma que, hoje, dificilmente se encontra um fazendeiro que ainda utilize essa forma de identificação.

Na pesquisa em campo foi identificado um único criador que ainda ferra seus animais com a marca da ribeira. O Senhor Luis José Vieira da Nóbrega (Seu Laércio), usa a letra R, que representa a ribeira do Rio do Peixe, afirmando continuar a marcação como fazia seu pai. Talvez esse seja um exemplo que demonstra o enraizamento da tradição.



FIGURA 15: Ferro da ribeira, que representa a região do Rio do Peixe, utilizado nos municípios de Sousa e Aparecida. Foto: Daniella Lira.

Segundo Maia (2004, p.72), normalmente o ferro de uma ribeira é uma letra, embora possa acontecer de um ou outro apresentar um algarismo ou outra insígnia. A marca pode ser a letra inicial do nome do rio que a banha, de um dos nomes do santo padroeiro do município, do nome próprio do lugar ou ainda uma junção desses. Não se pode afirmar ao certo, mas é possível conjecturar que o ferro da ribeira do Rio do Peixe advém do nome da santa padroeira do município de Sousa, Nossa Senhora dos Remédios.

Apesar do desuso da marca da ribeira e do uso de cercas, limitando algumas propriedades, todos os criadores aos quais se teve acesso – entre os municípios de Sousa e Aparecida – independente dos níveis social e econômico, continuam usando suas marcas, como uma forma de garantir suas posses. Observou-se, ainda, que alguns, que têm seus rebanhos misturados aos de outros fazendeiros, usam o mesmo ferro nos dois lados do animal, para que, segundo eles, as reses possam ser mais rapidamente identificadas no meio do pasto.

1.3 O ofício do ferreiro

No início da colonização do Novo Mundo existia dificuldade em se encontrar ferreiros que forjassem as marcas, de forma que os primeiros ferros eram mais simples. Conjectura-se que tenha vindo dessa dificuldade a utilização de símbolos mais fáceis de desenhar, como a cruz, o quadro, a roda e a escada, por exemplo. Muitos proprietários utilizavam-se também do giz, uma haste de ferro, própria para consertar os ferros que falhavam, mas também usada

pelos mais hábeis ferradores do sertão para desenhar na rês a marca do criador (BARROSO, 1962; FARIA, 1984).

Com a evolução do processo de ocupação do sertão, o ofício foi também difundido e, mais facilmente, passou a se encontrar o ferreiro, figura fundamental na sustentação da tradição de marcar animais e objetos, com a finalidade de demonstrar posse e poder ou ainda demarcar um território.

A grande preocupação deste artesão é evitar os ângulos e contornos miúdos ou muito fechados no ferro, para que não haja borrões na marca depois de queimada. O ferro deve ainda ter de dois a três centímetros de profundidade e, aproximadamente, três milímetros de espessura, na parte que queima o couro, engrossando um pouco, na direção do cabo, de forma que possa reter mais calor, permitindo ferrar maior número de animais de uma só vez. E por fim, para proteger as mãos de quem irá manusear esse instrumento, o cabo deve ter cerca de quarenta centímetros e finalizar com um espeto, para que nele possa ser encravado um sabugo de milho ou pedaço de madeira (FARIA, 1984; MAIA, 2004).



FIGURA 16: Ferro do senhor José Leite Pordeus, conhecido como Galego, criador de gado no sítio Várzea do Pintado, município de Aparecida, Paraíba. Foto: Daniella Lira.

> A marca de ferro batido é forjada nas tendas dos ferreiros sertanejos. Acocorados no chão, alisando a terra, riscam com um graveto ou a ponta da faca o desenho, levam-no rabiscados em um pedaço de papel ou trazem mesmo um ferro velho, empenado e imprestável, para servir de modelo (FARIA, 1984, p.33).

A partir de uma encomenda feita pela pesquisadora ao ferreiro Israel José do Nascimento, residente no município de Sousa, pode-se perceber que a feitura de um ferro é

totalmente artesanal. Ao receber o desenho, o ferreiro, por alguns segundos, o observa, estudando a melhor forma de executá-lo, para então iniciar o trabalho minucioso de um verdadeiro artista. A partir de uma haste de ferro de poucos centímetros de largura, as partes que comporão a marca são pacientemente recortadas e modeladas para em seguida passarem pelo processo da solda. Após essa colagem, a peça é "temperada" – mergulhada em um balde com água – para que atinja maior rigidez.

São muitas idas e vindas entre a bigorna[11], a solda e o esmeril[12], até se produzir todas as partes do ferro encomendado, sem falar nas vezes que se precisa aquecer a peça, mergulhando-a agora no fogo, abrasado pelo fole[13], até que ela fique vermelha e, assim, elástica o suficiente para ser moldada.

Depois de encerrada a feitura da insígnia, o ferreiro coloca no fogo em brasa a extremidade de outra haste de ferro, essa agora arredondada, para compor o cabo que sustentará a marca. Com a ajuda de outro artífice para criar o suporte, as quatro mãos produzem um som musicado pelas batidas das ferramentas no ferro, ritmadas por um código imperceptível, para quem está "de fora", mas determinante para que a execução do trabalho seja precisa. A marca é então soldada ao cabo e finalmente testada pelo ferreiro que a imprime em alguma madeira solta pela oficina, admirando orgulhoso mais uma obra sua, ao lado de tantas que já produziu.

O ferreiro não tinha e, pelo que se pode observar, continua sem ter recursos técnicos que possam auxiliar na hora de fazer um ferro. A continuidade do trabalho traz uma experiência que supre essa falta, característica de um ofício realizado em ambiente simples, muitas vezes insalubre e perigoso.

[11] Ferramenta constituída num bloco maciço de ferro fundido, com duas pontas e uma plataforma plana na parte superior, extremamente forte para suportar os golpes do ferreiro.

[12] Pedra de afiar, desbastar ou polir, geralmente de forma circular, acionada por motor ou manivela.

[13] Ferramenta usada para atiçar o fogo na hora da forja de metais. É composto de uma sanfona de pele entre duas peças de madeira com cabo, que quando aproximadas expulsa o ar para fora da sanfona.



FIGURAS 17 a 22: Algumas etapas sequenciadas do processo de fabricação de um ferro realizado pelo artífice Israel e seu ajudante Dedé. Fotos: Daniella Lira.

O ofício do ferreiro é uma tradição passada de pai para filho, que ainda pode ser observada no município de Sousa, pelo exemplo do senhor José Manuel do Nascimento, conhecido como Seu Zé Ferreiro. Israel, seu filho, aprendeu o ofício com o pai e hoje toma conta da oficina e dos equipamentos que outrora eram utilizados pelo mestre. No município de Aparecida, caso semelhante foi registrado: o senhor José Bonifácio de Sousa, conhecido na

região por Seu Zé Preto, ensinou sua arte ao filho Benedito, que confirma a tradição assumindo o posto do pai e passando o ofício também para seu filho.

A figura 23 mostra os dois ferreiros, pai e filho, ladeando uma porta totalmente ferrada com marcas feitas por esses artífices. Esse é outro costume dos ferreiros da região: testar os ferros em portas, janelas ou qualquer madeira que esteja ao seu alcance, registrando, assim, toda a sua produção.





FIGURA 23: Seu Zé Ferreiro e o filho Israel, ferreiros do município de Sousa, Paraíba. Foto: Daniella Lira.
FIGURA 24: Janela usada para testar ferros em uma oficina. Foto: Daniella Lira.

O ofício do ferreiro – uma arte tradicional que remonta e se confunde com a história de sociedades antigas – é um patrimônio vivo, que precisa receber seu devido valor e ser salvaguardado como importante conhecimento que faz parte do conjunto de manifestações da diversidade cultural humana e, mais especificamente, nacional.

1.4 A legislação

De toda bibliografia à qual se teve acesso, o primeiro registro relacionado à interferência do estado em normatizar a identificação de animais através das marcas, na tentativa de transformar um habitual costume em lei, data de 1499, na Espanha. Por influência do *Consejo de la Mesta*, uma cooperativa restrita de fazendeiros, cujos rebanhos eram criados à solta por todo o país, o governo criou uma lei que obrigava todos os proprietários a ferrar seus animais (FARIA, 1984; MAIA, 2004).

Ao atravessar o Atlântico, o costume da ferra iniciou um processo de institucionalização, que pode ser observado na ata lavrada na capitania de São Vicente, no ano de 1576, onde se encontra o registro de marcas de gado utilizadas na época. Mais adiante, já em 1837, um artigo da lei provincial cearense, da câmara municipal de Icó, estabelece a obrigatoriedade do registro do gado trazido de fora para vender, com seus respectivos ferros (MAIA, 2004).

Já no período republicano, a primeira legislação federal nesse sentido, foi o Decreto n° 7.917 de 1910, que criou o Registro e Arquivo Geral de Marcas para animais. Logo após, em 1912, o Decreto n° 9.452 estabelecia o sistema de numeração progressiva denominado ‘ordem e progresso’, que pretendia centralizar a criação dos ferros, padronizando-os nacionalmente e evitando a duplicidade das marcas utilizadas por todo o território brasileiro. Esse novo regulamento determinava ainda que os estados e municípios deveriam fazer o registro das marcas, que compreenderia aquelas criadas a partir do sistema unificador, bem como as marcas criadas pelos proprietários, mas que fossem cadastradas dentro do prazo de dois anos.

Em 1939, através do Decreto n° 1.176, ficou estabelecido o tamanho máximo de onze centímetros de diâmetro para as marcas e ainda as partes do corpo dos animais onde seria permitida a ferra. Em seguida, o Decreto n° 4.854 de 1942 e a Lei 4.714 de 1965 entraram em vigor, em suas respectivas datas, reafirmando o tamanho e as regiões corretas de colocação das marcas, bem como estabelecendo o Ministério da Agricultura como responsável pela fiscalização e ainda as multas para os infratores.

Pode-se observar através das regulamentações que acompanhavam os decretos que havia uma pressão por parte do Estado na utilização das marcas estabelecidas pelo sistema único de numeração progressiva, na tentativa de acabar com a duplicação das marcas, que eram escolhidas livremente por cada proprietário, a partir de ferros familiares ou ainda formas representativas de uma identidade pessoal, seguindo uma tradição herdada ancestralmente.

Esses documentos legais foram construídos em uma realidade muito distante dos currais onde se pratica a ferra do gado. “Constitui-se, tal decreto, em letra morta, besteirol que caiu em imediato desuso, que ninguém é besta de abrir mão do ferro trisavoengo em troca de marmotas inventadas por um burocrata qualquer” (FARIA apud MAIA, 2004, p.57).

Percebe-se que houve uma resistência por parte de muitos daqueles que estavam diretamente ligados à prática da marcação do gado, não permitindo que tal unificação

proposta pelo Estado seguisse adiante, de forma que acabou prevalecendo a tradição dos ferros.

Esse desrespeito à lei e à burocracia pode ainda ser explicado pelo poder político-econômico que os fazendeiros de gado detinham naquele período da história do Brasil. Era o poder local que valia, de forma que não havia, em quase nenhuma instância da vida social, eficácia de uma legislação nacional. Mesmo que existissem fazendeiros de menor porte de propriedades e poder político, o desrespeito dos maiores fazia com que as práticas fossem generalizadas para os menores (RIBEIRO, 1995; QUEIROZ, 1957).

Através da coleta de dados em campo realizada no sertão da Paraíba, constatou-se que os criadores de gado registram seus ferros em livros nas prefeituras para legitimar suas marcas. Não se sabe ao certo a origem do registro e o embasamento jurídico que justifica tal ato, pois não foi encontrada nenhuma legislação local que obrigasse ou pelo menos regulamentasse esse registro. É possível que esse costume tenha tido início a partir da necessidade real que os criadores de gado tinham de documentar a posse de seus animais, criados soltos pelos pastos, para que, no caso de perda ou roubo, pudessem se utilizar do poder público municipal para comprovar, perante a sociedade local, sua propriedade através da marca ferrada no couro da rês.

Percebe-se, assim, que as tentativas do governo federal não conseguiram sistematizar essa atividade no sertão paraibano, prevalecendo a força de uma tradição que varou o tempo e enraizou-se no cotidiano do sertanejo nordestino, que continua escolhendo suas marcas da maneira que melhor lhe convém.

No levantamento realizado na prefeitura do município de Sousa, encontraram-se apenas dois livros de registro e ainda o completo desconhecimento de alguma legislação por parte dos funcionários. Dos livros encontrados, o primeiro corresponde às décadas de 1960 e 1970 e o segundo se inicia em 1993 até o momento. Percebe-se, assim, uma lacuna entre esses dois volumes e ainda a perda dos livros anteriores a 1964.

Esses livros representam um importante instrumento na medida em que podem contribuir para um melhor entendimento do comportamento e das mudanças que as marcas sofreram no decorrer dos períodos registrados. Outra constatação que pode ser obtida a partir desses registros é a continuidade, até os dias de hoje, da tradição do uso de marcas de ferrar, que pode ser comprovada a partir de registros recentes, que datam do ano em que foi realizada esta pesquisa (FIGURA 27).

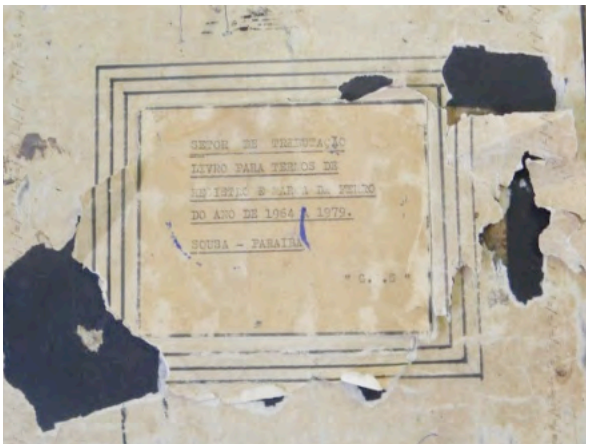
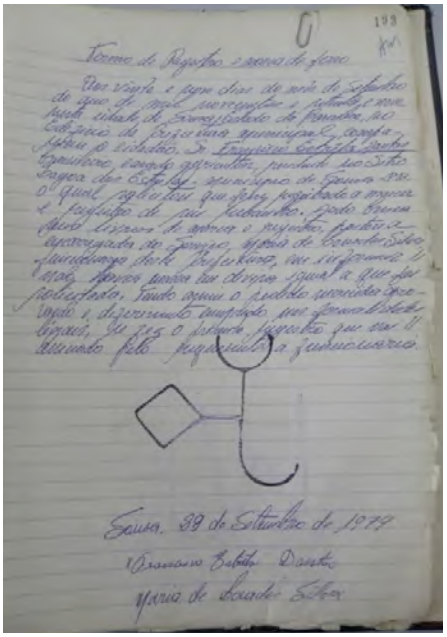


FIGURA 25: Detalhe da capa do "Livro para Termos de Registro e Marcas de Ferro" utilizado pelo setor de tributação do município de Sousa entre os anos de 1964 e 1979. Foto: Daniella Lira.



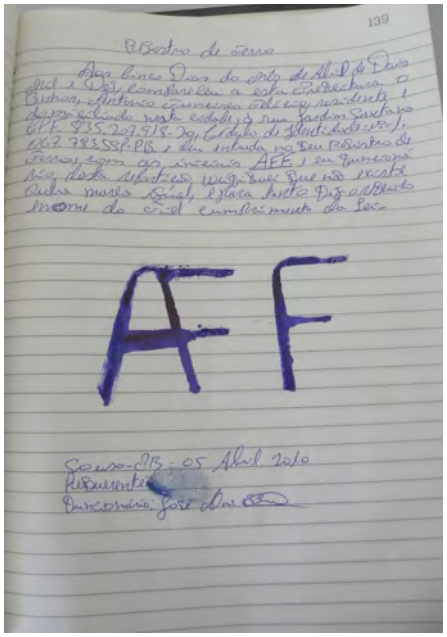


FIGURA 26: Registro da marca do senhor Francisco Estrêla Dantas, em setembro de 1979. Foto: Daniella Lira.

FIGURA 27: Registro da marca do senhor Antônio Francisco Felício, em abril de 2010. Foto: Daniella Lira.

2 Um estudo gráfico das marcas

> *É bom colocar lenha nessa fogueira. Sempre achei que devíamos cultuar a nossa verdadeira heráldica – a dos currais.*
>
> Oswaldo Lamartine de Faria

As marcas de ferrar vão sendo criadas de geração em geração e, de uma forma bem particular, desenham a cultura dos sertões, através da composição de um universo repleto de traços, que sozinhos ou em conjunto identificam os criadores de gado através dos campos e dos tempos.

Muitas dessas marcas foram e são concebidas a partir da chamada heráldica sertaneja, na qual se usa uma base familiar como ponto de partida e acrescentam-se traços que diferenciam uma marca da outra, criando um conjunto de novas marcas capazes de identificar uma família. A partir desses traços e de suas combinações, entende-se que existe um grande potencial gráfico passível de estudo, capaz de contribuir como referencial e inspiração para trabalhos diversos no campo das artes gráficas.

2.1 A heráldica sertaneja

Segundo Asensio y Torres (1929 apud MAIA, 2004), heráldica é a ciência ou arte que ensina a decifrar e compor, com acerto, os escudos de armas ou brasões, conforme leis e regras, usos e costumes de cada nação.

Etimologicamente, a palavra heráldica é de origem latina e deriva de *heraldus* que significa aquele que dirige os torneios. Nos tempos medievais, para compor uma identificação pessoal, cada cavaleiro criava um símbolo próprio e o pintava em seu escudo, que preso ao braço esquerdo, servia como elemento de defesa. Em seguida, os demais membros da mesma família iam criando seus próprios emblemas e, com o tempo, tais insígnias passavam a distinguir a família (MAIA, 2004).

Essa individualização familiar passou então a ser representada pelo brasão, que é formado pelo escudo, elemento fundamental e indispensável, e por um conjunto de outros

elementos que vão sendo incluídos de acordo com as características e feitos do cavaleiro ou entidade representados pelo brasão. Esses elementos exteriores não são obrigatórios, mas ao serem incluídos, devem seguir uma série de regras específicas.

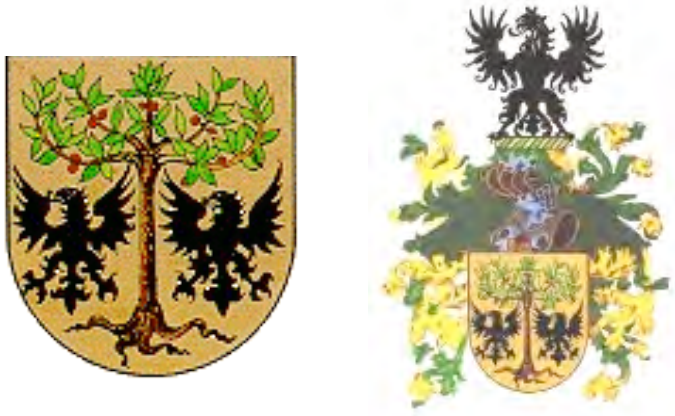


FIGURA 28: Escudo e brasão da família Ávila.

Segundo Ferreira (1999), os escudos variam de acordo com a época e o lugar de origem, diferenciando-se a partir de combinações de formatos, divisões, cores (vermelho, azul, verde, púrpura e negro) e metais nobres (ouro e prata). Complementando esses arranjos, são incluídas as figuras heráldicas no campo dos escudos e adornos nas partes externas.



FIGURA 29: Brasão do Estado da Paraíba e do município de Sousa.

A expressão “heráldica sertaneja” foi usada pela primeira vez pelo escritor cearense Gustavo Barroso, para denominar o encadeamento de marcas ligadas umas às outras por *diferenças* acrescentadas pelos descendentes de um fazendeiro, que um dia criou um *caixão* como base. Para ele, essas diferenciações apostas ao ferro ancestral representavam elementos de uma verdadeira heráldica (SUASSUNA, 1974; MAIA, 2004).

A partir de então, quase todos que escreveram sobre o assunto utilizaram-se desse termo ou acrescentaram alguma modificação a esta nomenclatura, como é o caso do paraibano

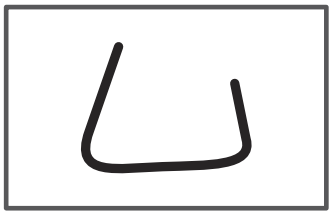
Aderaldo Ferreira, que sugere a utilização do termo “heráldica ruralista”, para que o uso das marcas não seja restringido apenas aos sertões.

2.1.1 Breve analogia entre brasões e marcas

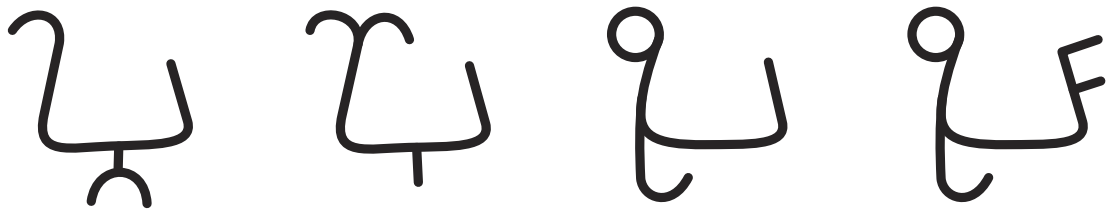
A partir de uma análise das regras e dos elementos que caracterizam a arte da heráldica, percebe-se a possibilidade de uma analogia entre essas normas e aquelas que orientam a tradição dos ferros.

Enquanto os brasões se diferenciam uns dos outros pela combinação de formas básicas com cores e metais e com as divisões das figuras no campo do escudo e dos adornos nas partes externas, os sistemas de marcação utilizam as *diferenças* sobre os *caixões* das marcas, criando ferros individuais para cada proprietário. Além disso, na heráldica, os brasões precisavam ser concedidos às famílias por autoridades reais, enquanto os ferros devem ser registrados nas prefeituras, para que possam ter valor jurídico de posse (FERREIRA, 1999).

Através das marcas a seguir, pode-se observar que a partir do *caixão*, alguns membros da família Nóbrega, do Seridó da Paraíba, construíram suas marcas apenas acrescentando *diferenças*, em alguns momentos representadas por traços retos ou curvos, em outros baseadas nas iniciais de seus nomes.



Caixão da marca



Antônio Carolino | Tasso de Bonifácio | Francisco Seráphico | Francisco F. da Nóbrega

FIGURA 30: Marcas da família Nóbrega, da região do Seridó paraibano (Ferreira, 1999, p. 52).

“Botando os pingos nos is, a heráldica dos ferros de marcar bois tem lá suas diferenças daquela outra de reis, condes e barões, da dita nobiliarquia […]” (MAIA, 2004, p.34). Apesar de regras diferentes, tanto os brasões como os ferros são concebidos a partir de um acréscimo de características que os particularizam, refletindo marcas, com ou sem significados conhecidos, capazes de representar uma forma de identificação pessoal e familiar.

> Era a heráldica sertaneja forjada na luta sem canseiras de escapar às secas, à míngua de recursos, rasgando as carnes contra os espinhos da caatinga e a flecha do gentio, naquelas solidões do sem fim. Não veio de mercês, das graças, dos feitos do agrado real, nem do frequentar dos salões do paço. Foi gravada a ferro caldo no viver da solidão de um anônimo e esquecido dos ermos da terra onde vaquejavam os seus rebanhos (FARIA, 1984, p.23).

Essa heráldica surgiu na realidade dura e sem rodeios do homem do sertão, obrigado a lutar diariamente contra as intempéries da natureza e a falta de estrutura do interior, bem diferente daquela outra dos brasões, nascida em berço nobre. E, embora, sem cores nem esplendor, de simbologia simples e, muitas vezes, sem significado claro, as marcas se enraizaram, transformando-se em uma tradição e provando eficácia no propósito de determinar as posses do homem rural.

O proprietário precisava, assim, criar um ferro individual e quando essa concepção era realizada através do acréscimo de *diferenças* ou *divisas* em uma base familiar, essa marca passava a identificar também uma família, formando um “brasão queimado a ferro-em-brasa” (FARIA, 1984, p.39), facilmente identificado dentro de um conjunto heráldico homogêneo.

A partir da dificuldade de se encontrar, na pesquisa de campo, marcas balizadas nas leis da heráldica sertaneja, concluiu-se que o uso do *caixão* familiar como base para novos ferros pode estar caminhando para o desuso. Tanto nos livros de registros localizados na prefeitura municipal de Sousa, quanto nos sítios e fazendas visitados, a maioria das marcas de ferrar encontradas são representadas por letras apostas ou combinadas, geralmente reproduzindo as iniciais dos proprietários.

Segundo Milton Ribeiro (2007), essas iniciais, agrupamentos de duas ou mais letras, são os monogramas usados como uma espécie de assinatura sintética, alguns elaborados de forma simples, outros cheios de fórmulas habilidosas, fazendo aparecer todas as letras em um só desenho, criando um efeito enigmático, com o auxílio da geometria.



FIGURA 31: Exemplo de marca monográfica usada pelo senhor José Leite Pordeus, na qual o proprietário combina as três letras iniciais de seu nome. Foto: José França de Oliveira.

Maia (2004), ao tratar das marcas monográficas, considera que entrelaçar as primeiras letras de um nome, para criar um ferro,

> […] é quase sempre, coisa de fazendeiro novato, de gente que tendo ganho e segurado um dinheirinho na cidade grande resolve, às vezes, até só por vaidade, inaugurar um criatório. Que as marcas boas, enraizadas, legítimas de Braga, são aquelas cujo significado se perde na escuridão do tempo (MAIA, 2004, p.31).

Esse enraizamento destacado por Virgílio Maia diz respeito às marcas produzidas a partir da chamada heráldica sertaneja, que representam cada membro individualmente e a família em um sentido mais amplo.

Dentre as marcas localizadas nas idas ao sertão paraibano, merece destaque a do senhor Bento Soares da Silva, proprietário do sítio Paraíso. Seu ferro foi concebido a partir do *caixão* da marca do seu avô, como assim também fizeram dois de seus filhos, João Bosco e Francisca. Segundo o fazendeiro, seus tios também possuíam ferros feitos a partir desse caixão, com uma diferença acrescentada do lado esquerdo da marca, mas ele não lembra exatamente quais eram esses acréscimos.

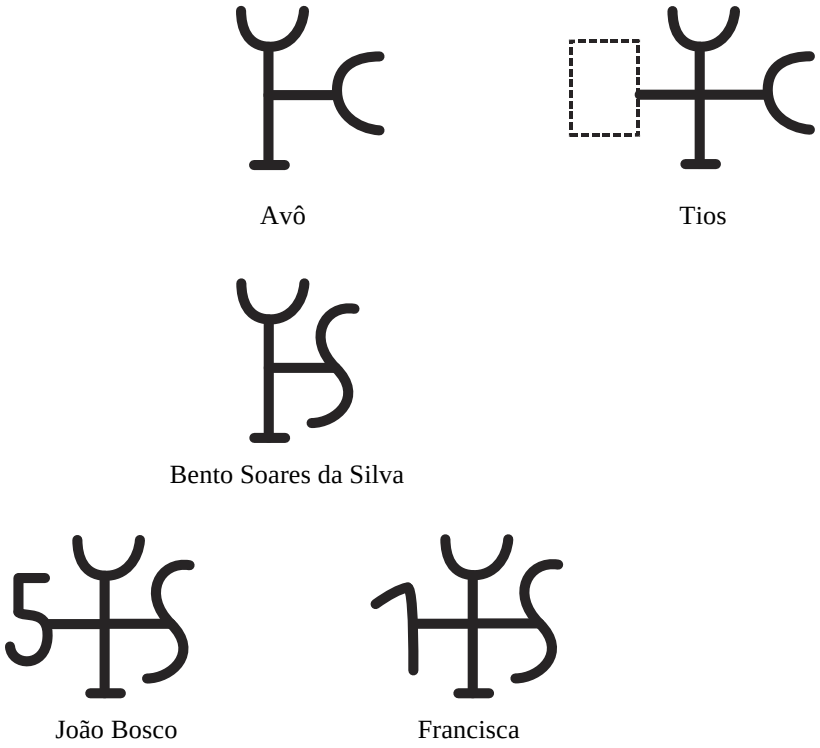


FIGURA 32: Marcas do senhor Bento Soares da Silva, dos filhos João Bosco e Francisca, do avô e dos tios, com a indicação do local onde estariam, segundo ele, as diferenças.

2.1.2 As d*iferenças*

As *diferenças* podem ser traços simples, retos ou curvos, capazes de formar uma variada gama de ferros. Esses traços, que continuam sendo usados até hoje pelos sertanejos, são acrescentados ao desenho base que representa uma família, construindo, dessa forma, marcas individuais. Segundo Faria (1984), no decorrer dos tempos, esses acréscimos, responsáveis pela identificação das marcas, foram batizados com nomes que se popularizaram por todo o nordeste como, por exemplo, asa, flor, meia-lua, puxete, entre outros.

“São mais de vinte as *diferenças* usadas para distinguir marcas entre si, em obediência às leis não escritas da heráldica dos ferros de gado” (MAIA, 2004, p.31).

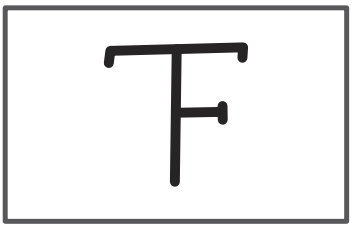
A partir das descrições que Ariano Suassuna (1974) e Lamartine Faria (1984) fizeram da nomenclatura e das formas de cada *diferença* usada nos sertões nordestinos, elaborou-se uma tabela contendo o desenho, o nome e a descrição desses traços:

DESENHO	NOME	DESCRIÇÃO
	*tronco*	traço na vertical
	puxete	traço na horizontal
	*galho*	soma de um *tronco* e um *puxete* com remate horizontal na parte superior
	*haste*	soma de um *tronco* e um *puxete* com remate inclinado, em ângulo aproximado de 45°
	*i aberto*	*tronco* rematado na parte superior por um V, formando um Y
	*i fechado*	*tronco* rematado na parte superior por um losango
	*flecha*	*tronco* rematado com um V de cabeça para baixo, formando uma *flecha*, como o próprio nome diz
	*pé de galinha*	quando o *tronco* se trifurca
	*martelo*	*puxete* na horizontal, rematado por um *tronco*
	*batim*	*tronco* com um *puxete* maior em baixo e outro menor em cima
	*meio batim*	*tronco* com um *puxete* em baixo
	*quadro*	quadrado ou retângulo
	*enxada*	dois *troncos*, regulando um a metade do outro e ligados por um *puxete*, formando uma cadeira vista de perfil
	*escada*	dois *troncos* paralelos, unidos por dois *puxetes* também paralelos, formando uma escada
	*cruz*	*tronco* e um *puxete* que se cruzam pelo meio
	*cruz-egípcia*	*tronco* rematado por um *puxete* centralizado
	*roda ou lua*	círculo

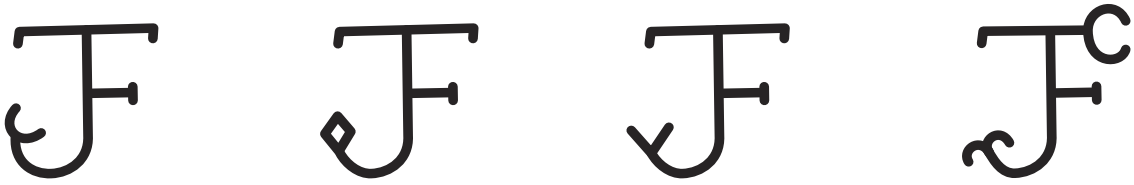
DESENHO	NOME	DESCRIÇÃO
	*meia-roda ou meia-lua*	círculo pela metade
	*baú*	*meia-lua* com as extremidades voltadas para cima e fechada em tampa reta, como a seção de um baú
	*balança*	combinação de um *martelo* com uma *meia-lua*, lembrando o braço de uma balança antiga
	*asa*	quando do tronco sai uma *meia-lua*, como a asa de uma xícara
	*flor*	tronco que se bifurca como duas *meia-luas* opostas

QUADRO 01: Diferenças utilizadas na heráldica sertaneja – desenho/nome/descrição (MAIA, 2004, p.36)

As marcas abaixo, feitas a partir do caixão da família Nóbrega, representam outro exemplo da heráldica sertaneja paraibana:



Caixão da marca



Antônio Ferreira Júlio Ferreira Jonatas Ferreira Zé Coutinho

FIGURA 33: Exemplo da heráldica sertaneja paraibana, agora com as marcas da família Ferreira Tavares (Ferreira, 1999, p.66).

Apesar de apresentarem formas pouco elaboradas, esses traços retos ou volteados, correspondem ao principal elemento de composição dentro da heráldica sertaneja, diferenciando os ferros uns dos outros, contudo, não é o único, pois segundo Suassuna (1974),

existe ainda um complemento a essa heráldica capaz de identificar outros tipos de marcas – os sinais feitos a partir de cortes nas orelhas de animais.

2.1.3 Outra forma de marcação: os sinais nas orelhas

Além das marcas feitas pelos ferros em brasa, existem também os sinais cortados à faca na orelha dos animais. Essa marcação, que também indica posse, é conhecida como "assinar" o rebanho e, segundo Faria (1984), conjectura-se ter sido usada antes mesmo dos ferros. A partir de pequenos cortes nas orelhas, feitos com o auxílio de uma tábua e uma quicé[14] bem amolada, cada criador marca seu sinal, que pode ser a combinação de mais de um, identificando sua criação.

"O assinalamento na orelha é costume de larga usança, abarcando imensidões de tempo e de espaço" (MAIA, 2004, p.47).

Segundo Ferreira (1999), no início da ocupação territorial no nordeste, havia o costume de ferrar e assinar os rebanhos, técnica essa que foi caindo em desuso, prevalecendo apenas a marcação do ferro. Contudo, a tradição de usar sinais nas orelhas, como forma de identificação, representa um método mais prático, menos traumatizante para o animal e continua sendo usada, ainda hoje, quase que exclusivamente, em cabras e ovelhas.

Para que houvesse um bom entendimento na leitura desses sinais, padrões foram sendo estabelecidos: na orelha direita do animal são marcados os sinais que determinam a família, chamados "mourões de sinal" e, na esquerda, aparecem as diferenças acrescidas pelos descendentes na individualização de suas próprias marcas (FERREIRA, 1999).

Durante toda a pesquisa de campo realizada para este trabalho, nenhum registro foi encontrado de animais assinalados nas orelhas. Todos os entrevistados, ao serem questionados a respeito dessa prática, afirmaram ser algo que não mais se vê por aquela região.

Uma segunda tabela foi elaborada para uma melhor apreensão dos tipos de corte que também têm uma nomenclatura própria da região, assemelhando-se bastante por todo o nordeste:

[14] Faca de lâmina curta, usada no interior do nordeste para cortar fumo e também como defesa pessoal.

DESENHO	NOME	DESENHO	NOME
	*canzil*		*entalhada*
	*brinco encoberto*		*ponta troncha*
	*levada*		*barbilho*
	*forquilha*		*boca de lagarta*
	*garfo*		*dente*
	*rodo*		*ponta de lança*
	*buraco de bala*		*buraco de bala lascado*
	*brinco*		*arpão*
	*mossa*		*meia escadinha*
	*arpão*		*muleta*
	*bicho de candeeiro*		*palmatória*

QUADRO 02: Tipos de sinais marcados nas orelhas de animais (FARIA, 1984, p.15).

Como afirmou Suassuna (1974), esses sinais, feitos a faca, representam um complemento à heráldica dos ferros, uma vez que, da mesma forma que as *diferenças*, também atuam como elos entre indivíduos de uma mesma família ou ainda entre famílias diversas, formando alianças que ultrapassam o tempo e se perpetuam identificando proprietários e propriedades.

Segundo ainda o escritor, podia acontecer uma espécie de sinal de aliança entre famílias que se uniam, através de uma fusão de dois sinais distintos:

> Os Suassunas marcavam seu gado com o seguinte sinal: *ponta-troncha* e *mossa-por-cima* na orelha direita, e duas *mossas-por-baixo* na orelha esquerda. Os Dantas usavam quatro *mossas* em cada orelha, duas *por-cima* e duas *por-baixo*. Por isso, quando meu pai, João Suassuna, casou com minha mãe, Rita de Cássia Dantas Villar, fundiu, em seu gado, o sinal dos Suassuna com o dos Dantas, fazendo uma espécie de sinal-de-aliança, exatamente como se usa na Heráldica (SUASSUNA, 1974).

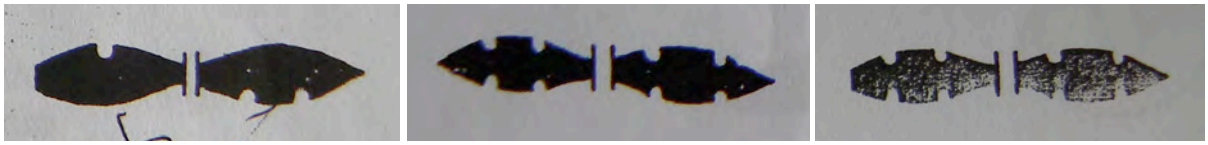


FIGURA 34: Cortes feitos nas orelhas dos animais da família Suassuna, Dantas e Dantas Suassuna, respectivamente (SUASSUNA, 1974).

Analisando a concepção das marcas de ferrar e dos sinais nas orelhas de animais, pautada nas regras da heráldica sertaneja, percebe-se, a partir da pesquisa de campo, que as *diferenças* e as combinações de cortes vêm sendo esquecidas. Os sinais, quando usados, são feitos apenas em miunças (ovino e caprino) e quanto à criação dos ferros, cada vez mais, os proprietários estão usando as iniciais de seus nomes, abandonando a utilização das regras que valorizam a tradição e criam uma identidade familiar.

2.2 O potencial gráfico das marcas de ferrar

A partir dos traços que compõem a heráldica sertaneja, percebe-se um potencial que pode ser aproveitado pelas artes gráficas contemporâneas. Apesar de individualmente serem traços simples, o seu uso complementando outras bases ou suas combinações podem gerar desenhos fortes e representativos da cultura do sertão, transportando algo que faz parte de uma realidade local para um contexto mais amplo.

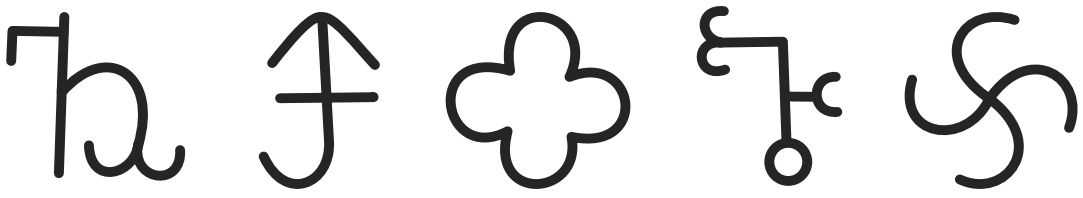


FIGURA 35: Algumas marcas desenhadas a partir de traços simples e expressivos.

Segundo Ariano Suassuna (1974), a importância dos ferros vai além da capacidade de caracterizar a fidelidade familiar e sertaneja, eles são verdadeiramente um assunto artístico e serviram de inspiração para alguns de seus trabalhos gráficos e ainda como importante elemento da Arte Armorial[15].

> Em 1970, no texto-manifesto que lançou oficialmente o Movimento Armorial, Ariano Suassuna chamava a atenção para a existência, no Brasil, de uma rica heráldica, presente desde os ferros de marcar bois do Sertão nordestino aos emblemas dos clubes de futebol das nossas cidades grandes, passando pelas bandeiras das Cavalhadas, pelos estandartes dos Maracatus, dos Caboclinhos ou das Escolas de Samba. A ligação com essa heráldica seria um dos pontos de partida para a realização de uma arte nova, erudita e de caráter brasileiro – a arte armorial (MAIA, 2004, p.XI).

Na construção de uma marca é possível servir-se de relações entre o desenho e a realidade, relações de semelhanças ou ainda analogias que de alguma forma materializam combinações. As marcas de ferrar eram, então, pensadas e construídas, a partir de relações, com o intuito de substituir a assinatura de um criador, identificando-o de forma simples e direta.

Segundo Aloísio Magalhães, uma marca, enquanto sinal gráfico, pode ser feita a partir de palavras ou letras, de imagens ligadas a uma função específica e ainda de formas arbitrárias (MAGALHÃES apud RIBEIRO, 2007). Percebe-se que assim eram criadas as marcas de ferrar: a partir letras, números, traços ou figuras, concretos ou abstratos, identificáveis ou não.

Dentro do rico contexto sertanejo, muitas podem ter sido as influências sofridas nos momentos de criação dos ferros, desde as inscrições rupestres deixadas nessa região pelo homem pré-histórico até os mais simples costumes desse universo rural. Presume-se que o importante seria a identificação do proprietário com sua marca, para que este se sentisse verdadeiramente representado.

Para Suassuna (1974) existe uma "[...] semelhança das formas meio hieroglíficas dos ferros sertanejos mais abstratos com alguns dos signos ligados à Astrologia, ao Zodíaco e à

[15] A Arte Armorial surgiu com a finalidade de criar uma arte erudita, partindo das raízes populares, procurando resgatar uma cultura nacional. Dentro da Arte Armorial, tem-se elementos como música, dança, literatura, artes plásticas, xilogravura, arquitetura, cinema, entre outros. Segundo Ariano Suassuna, a região Nordeste, em especial o sertão, é privilegiada no Movimento Armorial como espaço geográfico que manteve as características "puras e definidoras" da cultura brasileira (NÓBREGA, 2007).

Alquimia” (SUASSUNA, 1974). Evidencia ainda em seu livro *Ferros do Cariri: uma heráldica sertaneja*, o grande alcance da Astrologia no sertão, considerando que os primeiros criadores de gado, ao se instalarem nessa região, podem ter escolhido para seus ferros, símbolos astrológicos de seus signos e planetas pessoais.

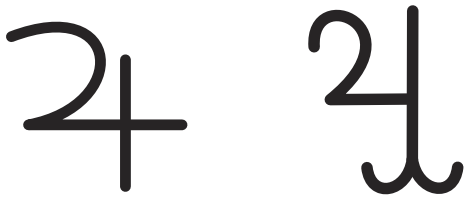


FIGURA 36: Signo zodiacal e astrológico de Júpiter e ferro que representa uma variante desse signo (SUASSUNA, 1974).

O antropólogo Guido Boggiani, que estudou os índios Kadiwéu, trata, ainda, as marcas como uma sigla de reconhecimento e afirma que “há belíssimas e algumas delas parecem representar figuras humanas simbólicas. O caráter destas siglas é notabilíssimo e talvez um acurado estudo delas possa conduzir a interessantes descobertas” (BOGGIANI apud MAIA, 2004, p.11).

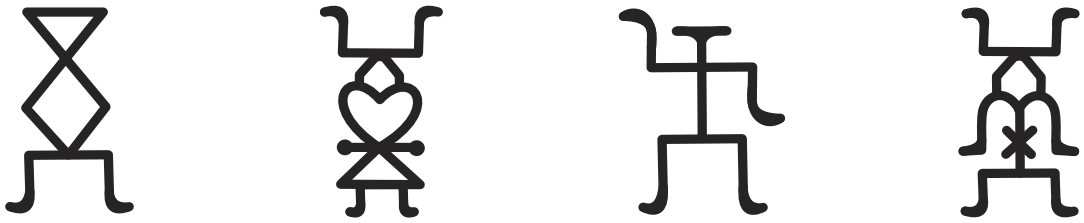


FIGURA 37: Marcas usadas pelos índios Kadiwéu que remetem a figuras humanas (MAIA, 2004, p. 8).

O intuito dessa pesquisa não é decifrar os significados dos grafismos ou o que cada proprietário pensa no momento da concepção de uma marca. Em alguns casos, apenas o fazendeiro que concebeu o primeiro ferro, usado como base para toda uma família, poderia traduzi-lo, explicando sua definição e origem. Muitos dos signos usados nas marcas de ferrar gado tiveram seus significados perdidos com o tempo, restando apenas suposições e possibilidades de estudos, que poderão ser tratados em uma pesquisa posterior.

O que se pretende aqui é destacar o potencial gráfico que essas marcas possuem, pela simplicidade e força de seus traços que, ao se unirem, refletem harmonia e beleza, transformando-as em verdadeiras referências visuais para a arte contemporânea. Essa

influência pode ser percebida através de alguns exemplos, como as pinturas da artista plástica Socorro Torquato e o alfabeto sertanejo desenhado por Ariano Suassuna a partir de traços recorrentes usados pela heráldica sertaneja.

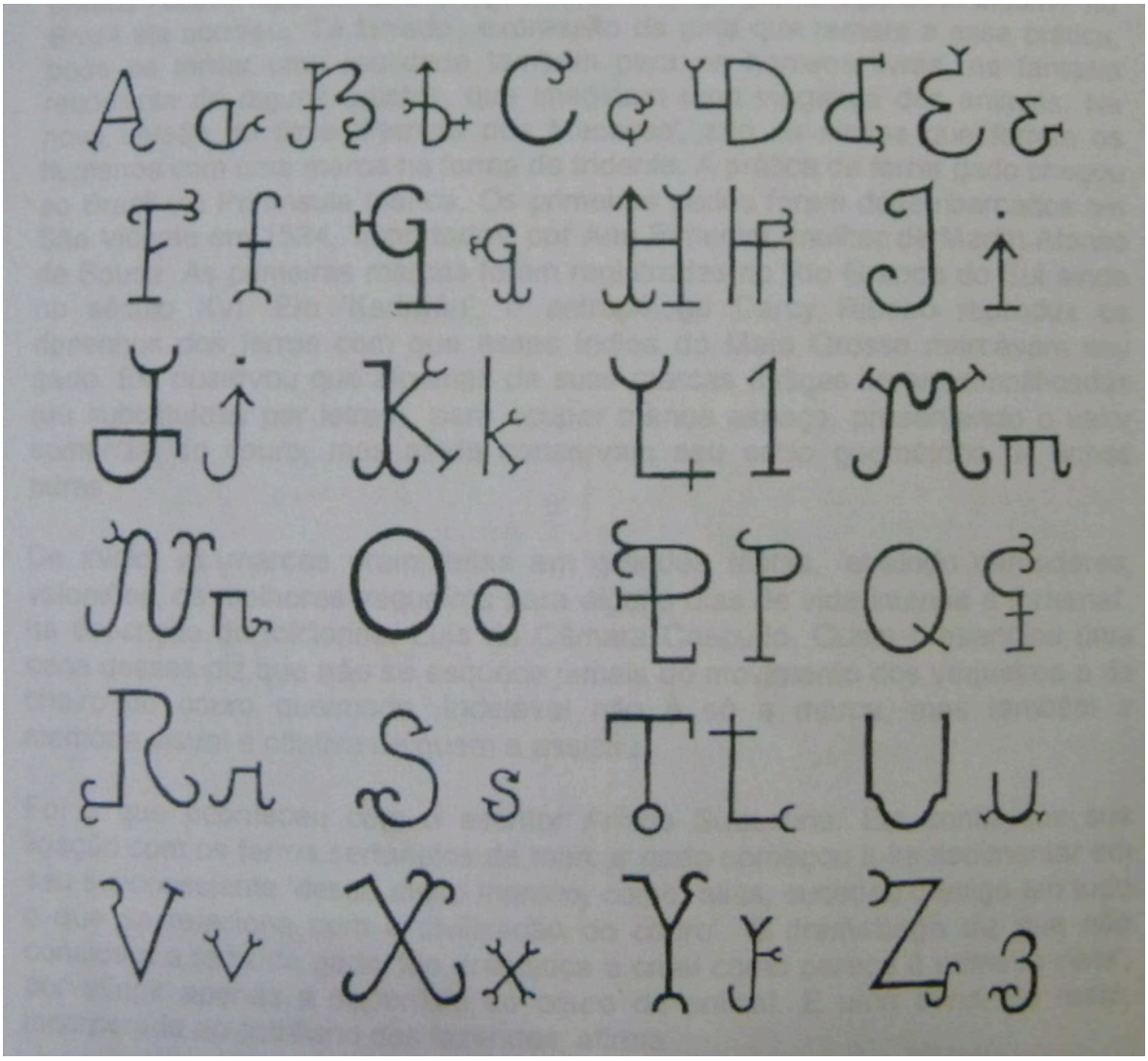


FIGURA 38: Alfabeto sertanejo criado à mão por Ariano Suassuna e batizado como “tipografia armorial” (MAIA, 2004, p.207).

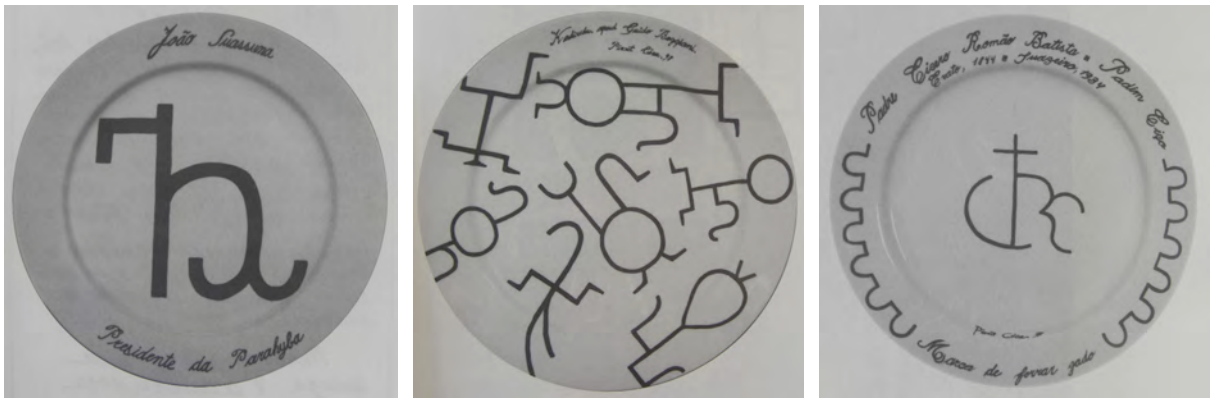


FIGURA 39: Pinturas sobre porcelana feitas pela artista plástica Socorro Torquato: marca do Dr. João Urbano Pessoa de Vasconcelos Suassuna, presidente da Paraíba de 1924 a 1928; marcas usadas pelos índios Kadiwéu e marca do padre Cícero Romão Batista (MAIA, 2004, p.217).

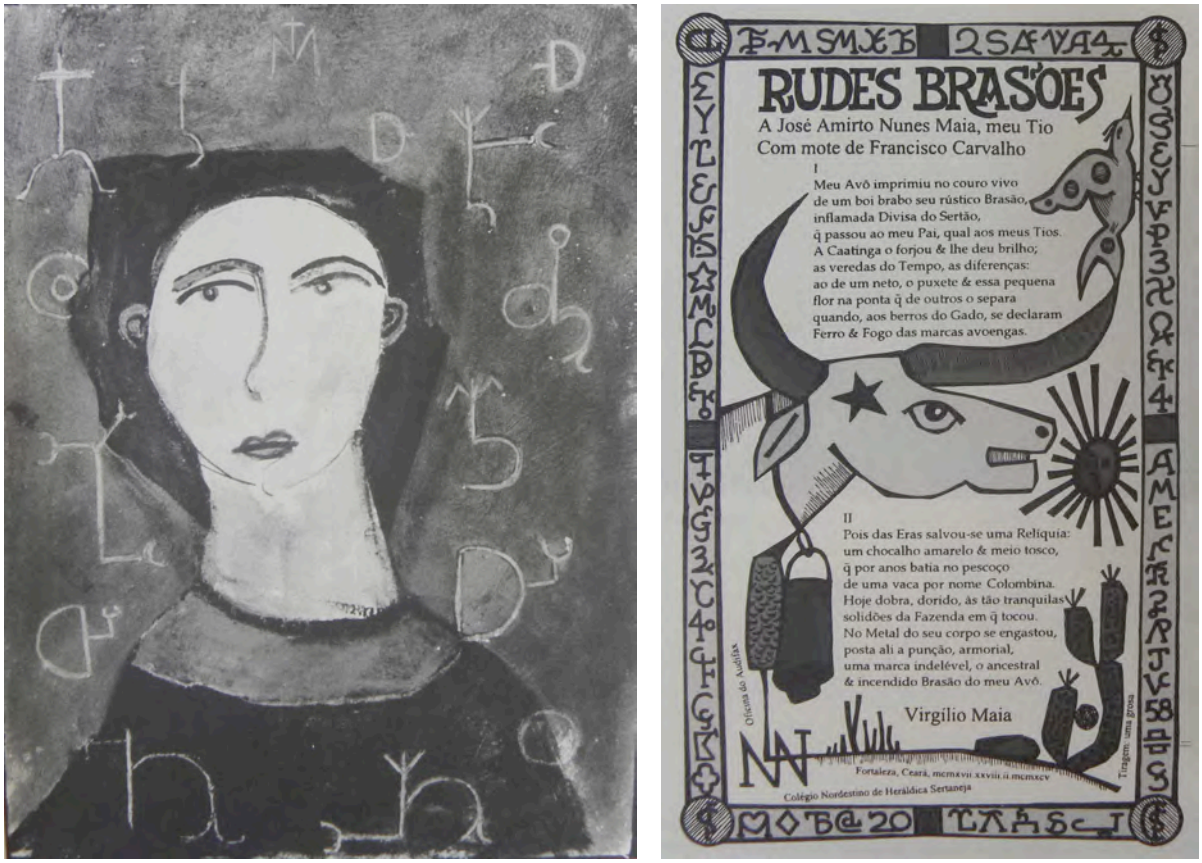


FIGURA 40: Manuel Dantas Suassuna, acrílica sobre canson, 23 x 31 cm, 2001 e Audifax Rios, serigrafia sobre canson + ecoline, 42.5cm x 56.5cm, 1996 (MAIA, 2004, p.200)

3 Marcas de ferrar: algumas simbologias

> *Uma civilização é sempre construída por uma forma de acúmulo. Uma civilização não é um atropelado avanço em que a gente vai jogando fora as coisas... A sabedoria a que pode atingir uma forma de civilização está em você acumular os seus conhecimentos e as suas conquistas e usá-las cada vez mais adequadamente.*
>
> Aloísio Magalhães

Os ferros de marcar animais representam uma tradição repleta de simbologia que vai desde a concepção dos grafismos, como já mencionado anteriormente, até os significados assumidos por essas marcas impressas como símbolos de propriedade, de demarcação territorial e de nobreza. Os ferros possuem significados que ultrapassam a marca queimada no couro dos animais, representando uma insígnia que vai além do material.

Para um maior alcance dessa representatividade, é preciso entender que as marcas de ferrar gado foram criadas com o simples intuito de identificação, mas, com o passar do tempo, acumularam novos significados capazes de transformá-las em símbolos.

Segundo Joan Costa, uma marca, essencialmente, "[...] é o sinal que deixa o ato de marcar, a marcação de uma matriz ou um traço sobre uma superfície" (2008, p.20). Não importa a forma como essa marcação é realizada, se por contato, pressão ou incisão, o essencial é que seja intencional e feita sobre um suporte material, por algum objeto, que deixa uma forma impressa, genericamente chamada sinal. Possivelmente o sinal é feito com o intuito de significar algo, mas caso não se conheça esse significado, permanecerá na condição de sinal. Para quem consegue decodificá-lo, passa a ser signo (COSTA, 2008).

Assim, o "signo é algo que representa alguma coisa para alguém em determinado contexto" (PEIRCE apud NIEMEYER, 2009). Ou seja, os signos têm inerentemente um caráter representativo, apresentando necessariamente algum significado, que depende do contexto, e organizando-se em códigos, que compõem sistemas de linguagem capazes de fundamentar qualquer forma de comunicação. O signo não é a própria coisa, mas uma manifestação representativa de algo que lhe deu origem (NIEMEYER, 2009).

Pode-se entender, então, que a marca ferrada em um animal é um sinal feito intencionalmente, por pressão, deixando um desenho impresso como resultado, que ao

alcançar seu intuito essencial, ou seja, ao significar um proprietário, transforma-se em signo. Esse signo, como qualquer outra marca é duplo – verbal e visual – pois precisa circular e ser denominado, de forma que necessita de um nome que o designe e uma forma física para que possa ser visto. O caráter sonoro e o gráfico se complementam.

Fazendo uma analogia com as marcas de ferrar gado, entende-se que nestas o signo verbal é designado pela sonoridade produzida com o nome do proprietário e o visual é constituído a partir do grafismo elaborado, seja com letras, traços ou figuras, de modo a identificar a posse.



FIGURA 41: Marca de ferrar designada verbalmente pelo nome do seu proprietário, o fazendeiro Francisco Queiroga Cartaxo.

De acordo com Lucy Niemeyer (2009), uma marca, ao entrar em circulação, transforma-se em um elemento de comunicação que além de dados objetivos (estéticos e funcionais), pode carregar informações significativas (mensagens) capazes de difundir valores e características culturais do usuário para si próprio e para os outros, dentro do domínio que alcança.

Esses valores e sentidos culturais podem transformar a marca em símbolo. Dentro de um percurso de transformações, o signo pode ser enriquecido com uma carga de valores que ultrapassa a função de significação, convertendo-se em símbolo, que, por sua vez, passa a representar a imagem que a marca transmite, ou seja, o que ela significa para as pessoas ou ainda a forma como ela é interpretada e avaliada por quem recebe sua mensagem. É uma representação mental que consiste em um produto intangível da imaginação individual, não devendo ser confundido com a ideia de representação física. Está intrinsecamente ligado às aspirações, emoções e valores pessoais de cada indivíduo (COSTA, 2008).

Entende-se, assim, que os ferros usados na marcação de animais são participantes de um processo de comunicação, representando um meio de expressão que remete a uma antiga

tradição da cultura sertaneja. Essas marcas não indicam apenas a quem pertence um animal, elas vão muito além da objetividade funcional captada em um primeiro momento, mostrando-se investidas de uma atribuição de valores capaz de transformá-las em um produto simbólico, intangível.

3.1 Um selo de propriedade

"Assim, ferrar era que nem assinar, marcar, firmar a posse de cada coisa e dar as provas do que lhe pertencia. E o ferro do cidadão tanto tinha valia em papel como em couro de bicho, móveis, arreios, panos, chocalhos […]" (FARIA, 1984, p.24)

As marcas nem sempre eram usadas apenas em animais, representando o seu proprietário também em objetos utilizados no dia a dia, mercadorias comercializadas e ainda nos mourões das porteiras e nos frontões das casas, como pode ser observado na casa anexa ao conjunto arquitetônico da Fazenda Acauã, no município de Aparecida e nos queijos comercializados, ainda hoje na região.





FIGURA 43: Marca do proprietário no frontão da casa, Fazenda Acauã, sertão da Paraíba. Foto: Daniella Lira.
FIGURA 44: Marca ferrada em queijos comercializados no município de Soledade/PB. Foto: Daniella Lira.

Em alguns casos, ainda, os ferros substituíam assinaturas daqueles que não sabiam ler nem escrever, como descreve Lamartine Faria: "[...] mais no princípio dos tempos, até os desletrados reis ferravam o nome nos documentos – ferravam em cruz – como ainda hoje se

diz. Mesminho como no sertão velho para muitos que não sabiam soletrar palavras nem tirar as quatro contas" (FARIA, 1984, p.23).

É possível ainda registrar o costume de marcas deixadas na pele de seres humanos, na condição de escravos ou homens livres, muitas vezes apoiado em documentos legais. Os primeiros registros sobre esse assunto, que datam do século XII, tratam de uma marcação como forma de punição a algum delito cometido, como injúria e furto, por exemplo. Esse castigo, junto ao sistema jurídico de Portugal, do qual fazia parte, foi trazido para o Brasil até ser proibido pela Constituição do Império, em 1824 (MAIA, 2004).

Contudo, essa pena foi abolida apenas para os homens livres, pois muitos são os registros de escravos que continuaram sendo marcados, voltando assim à ideia de posse refletida pelos ferros, pois os escravos eram considerados como uma mercadoria.

"Uma vez que pertenciam a diferentes donos, eles eram todos marcados, como gado, com a marca de seus proprietários impressa […] a ferro quente no peito e nos braços dos infelizes" (WALSH, 1985 apud MAIA, 2004, p.64). Percebe-se que os escravos eram ferrados da mesma forma que os animais, apesar da proibição imperial e, em alguns casos, eram ainda queimados com sinais para que pudessem ser distinguidos, uns dos outros, por seus donos.

Tratando ainda da ferra em humanos, tem-se o caso de mulheres que foram marcadas a fim de serem reconhecidas como propriedade de um homem e ainda aquelas que foram vítimas do cangaceiro Zé Baiano, componente do bando de Lampião, conhecido como o ferrador de gente, que algumas vezes praticava essa atrocidade por encomenda e outras vezes por simples maldade (FARIA, 1984).

Voltando às marcas de ferrar gado, a questão da propriedade estabelecida pelos ferros foi registrada inclusive por escritores ilustres da literatura brasileira como Euclides da Cunha, que, ao descrever a vida em Canudos, afirmava a garantia da posse ao se ferrar um animal.

> A primeira coisa que fazem é aprender o *a b c* e, afinal, toda a exigência da arte em que são eméritos: conhecer os *ferros* das suas fazendas e os das circunvizinhas. Chama-se assim os sinais de todos os feitios, ou letras, ou desenhos caprichosos como siglas, impressos por tatuagens a fogo, nas ancas do animal, completados pelos cortes, em pequenos ângulos, nas orelhas. *Ferrado* o boi, está garantido (CUNHA, 2001, p.218).

No que diz respeito ainda à tradição de marcação em animais, é importante frisar que para os vaqueiros era uma questão de honra conhecer, além do seu ferro, os demais da

vizinhança, para que pudesse devolver ao respectivo dono, qualquer animal, que entrasse em seus domínios. Quando o proprietário era desconhecido, cuidava-se do animal, até que o possuidor aparecesse, sem utilizá-lo para qualquer serviço, pois para o sertanejo, aquela rês não lhe pertencia, não podendo ser explorada nem comercializada.

Caso fosse necessário abater o animal, aquele que o fez

> [...] guarda a cauda e o tampo do couro com o ferro, para em qualquer tempo, que o dono aparecer, dar-lhes outro animal ou pagá-lo em dinheiro. Se o animal abatido é sem fogo ou orelhudo[16], ele procura o vigário e manda rezar missas em intenção do dono (ALBANO apud JÚLIO, 1978, p.184).

Percebe-se, assim, que havia uma combinação à questão religiosa, o que talvez fizesse esse costume ser ainda mais respeitado, pois ultrapassava as ações relacionadas à honra sertaneja.

"Não se imprime o ferro quente apenas sobre o couro de bicho, ferram-se muitas outras coisas, ferra-se de um tudo" (MAIA, 2004, p.28). Assim, percebe-se que as marcas deixadas pelos ferros tinham validade onde quer que fossem encontradas. Era um selo de propriedade, que servia de lei, ainda que não existisse uma legislação oficial.

Entende-se, dessa forma, que com a propagação e a diversificação do uso, as marcas de ferrar que surgiram com uma atribuição funcional de identificação, adquiriram novos valores, transformando-se em símbolos, que passaram a representar, dentre outros, os bens acumulados por seus proprietários.

3.2 Símbolos de nobreza

Como afirma Sílvio Júlio, "[...] o caráter de muitas medidas mostra que a posse de um ferro, além de revelar riqueza, indica que o fazendeiro está também em boa situação moral e social" (1978, p.167). Entre os símbolos que surgiram com os valores agregados às marcas de ferrar, estão ainda aqueles relacionados à fidalguia e aos brios do homem sertanejo, que por

[16] Gado ainda não marcado nem assinalado (JÚLIO, 1978, p.184).

sua vez encontram-se intimamente entrelaçados ao poder econômico de indivíduos e famílias que, ao utilizarem esse tipo de marcação, transformam-na em um valor simbólico.

Na Idade Média, os brasões eram portadores de signos de reconhecimento. A princípio, possuíam um perfil cavaleiresco, identificando cada indivíduo participante dos torneios e de conflitos armados, representando uma função defensiva. Cada cavaleiro possuía um escudo com um emblema próprio, que depois de certo tempo, em conjunto com os emblemas dos membros de sua família, constituía um brasão único, capaz de diferenciar essa família das demais. Os brasões transformaram-se, então, em símbolos representantes das famílias e o que antes era desacompanhado de regras ou leis, em meados do século XI, passou a ser estudado e determinado por uma ciência específica – a Heráldica. Nesse universo, repleto de significados, surgiram elementos variados e regras de composição capazes de diferenciar cada brasão e representar a fidalguia da época (MAIA, 2004; COSTA, 2008).

Partindo do princípio de que os ferros usados na marcação de animais podem ser construídos a partir das leis da heráldica sertaneja, e que esta, por sua vez, se baseia na heráldica nascida na Europa, supõe-se que, da mesma forma que o *status* social e a honra – pessoal e familiar – podem ser representados pelos brasões, as marcas de ferrar podem assumir esse papel no universo rural do gado.

Segundo Norbert Elias (2001) em troca de serviços militares, a nobreza medieval recebia os feudos da realeza, vivendo essencialmente de suas terras, em um momento em que o *status* social era mais importante que a posse de capital e a sociedade era menos monetarizada e menos comercial. Constituía-se, assim, uma nobreza de proprietários de terras, cujo ordenamento hierárquico correspondia à distribuição dos feudos.

Em virtude de uma série de transformações econômicas e sociais, que aconteceram no decorrer do século XVI, uma parcela considerável das nobrezas feudais mudaram-se para as cortes configurando um novo estilo de vida. O rei, que antes distribuía terras, passou a distribuir dinheiro e “[...] surgiu definitivamente uma aristocracia de corte no século XVII, como formação mais evoluída da nobreza, ocupando o lugar dos nobres guerreiros e cavaleiros” (ELIAS, 2001, p.238). Era a chamada “boa sociedade”, que representava o grupo central mais destacado e determinante da rede de relações sociais, responsável pela fixação da aparência, do comportamento, dos modos e da etiqueta, buscando sempre refinamento, amabilidade e boas maneiras. Para fazer parte dessa sociedade, a exemplo da antiga nobreza feudal, era preciso ter honra e não apenas poder econômico (ELIAS, 2001).

Já a marca de ferrar gado que referencia a nobreza sertaneja “é uma espécie de escudo sem legalização ou reconhecimento inicial de um rei ou imperador, mas que a tradição acaba impondo às próprias autoridades” (JÚLIO, 1978, p.167). Os ferros fazem parte de uma realidade simples bem diferente daquela identificada pelos brasões. Nesse universo rural, possivelmente, o prestígio social de um indivíduo ou de sua família está intrinsecamente relacionado ao seu domínio econômico, criando assim uma relação de dependência entre esses dois valores. O que não impede a existência de uma família com o “nome” considerado mais “tradicional”, porém com menos posses ou ainda uma família com sobrenome menos valorizado, mas possuidora de grande poder econômico.

De acordo com Raymundo Faoro (2000), com o intuito de ocupar o território para defendê-lo de invasões de outras nações, a Coroa portuguesa iniciou um processo de povoamento em larga escala, que aconteceu no fim do século XVI e parte do século XVII, usando uma camada social que não fazia parte do grupo dominante e dirigente português, era um grupo que desejava uma vida nova, “honrada”, de ascensão social súbita e fortuna imediata. O desbravamento do novo mundo representou uma verdadeira empresa administrada à distância pelo rei que não a confiou

> “[...] a homens de negócios, entregues unicamente ao lucro e à produção. Selecionou, para guardar seus vínculos públicos com a conquista, pessoas próximas do trono, burocratas e militares, letrados ou guerreiros provados na Índia, a pequena nobreza, sedenta de glórias e riquezas (FAORO, 2000, p.136).

Dentro desse processo de expansão territorial, as terras de sesmarias eram distribuídas pelos capitães donatários e governadores, representantes dos poderes do rei, para esses “aventureiros” em troca da ocupação dessas áreas despovoadas. Surge, assim, uma aristocracia rural, que lembra a corte europeia, “[...] tamanhas as galas e louçanias da sociedade, [...] as graças e os requintes do bom tom e da elegância” (FAORO, 2000, p.145).

A sociedade sertaneja que se formou no momento da ocupação do sertão nordestino reviveu um processo histórico semelhante àquele presente no contexto de formação da nobreza rural e cavaleiresca da Europa medieval, onde prevalecia o mesmo “espírito” de honra, prestígio, respeito e integridade, comum às sociedades nobres.

Segundo Elias (2001), os nobres preferiam perder a vida a deixar de pertencer à sua sociedade. Para a aristocracia, “[...] a ‘honra’ expressava a participação em uma sociedade

nobre. Alguém tinha sua honra enquanto fosse considerado um membro segundo a ‘opinião’ da sociedade e, portanto, para a sua própria consciência individual” (ELIAS, 2001, p.112).

No sertão, a honra pode ser percebida também na simplicidade das atitudes do dia a dia, como destaca Gustavo Barroso ao descrever o sertanejo como sendo “hospitaleiro por natureza” e “[...] rotineiro por educação e por hereditariedade. Geralmente bom e honrado, o eterno combate com o meio envolvente desenvolve-lhe a inteligência e a coragem que já lhe legara a raça, o cruzamento ancestral” (1962, p.134)

A “educação nata” e o “espírito nobre”, tão peculiares ao homem do sertão, independente do nível social, pode ainda ser observada nas palavras de Rosilda Cartaxo, quando se refere à sua região de origem, foco espacial dessa pesquisa:

> O povo conserva aquela educação que até surpreende visita pela sua elegância, cultura e sociabilidade. ‘Entre que a casa é sua’ – é o convite que ainda não se apagou. Quem ali vai, não quer sair. Dizem que é a água do Rio do Peixe, que prende. Não, não é só a água é o coração do seu povo (CARTAXO, 1975, p.139).

Como já mencionado anteriormente, as marcas baseadas na heráldica sertaneja são constituídas a partir de uma base familiar denominada *caixão*, à qual se acrescenta as *diferenças*, que por sua vez individualizam as marcas dos entes de uma mesma origem, representando, assim, a família, independentemente do proprietário.

Na Paraíba, segundo Aderaldo Ferreira, algumas famílias, “[...] principalmente as mais antigas e de maior tradição, conservam suas marcas baseadas nas mesas familiares ou caixões de marcas [...]” (1999, p.22), confirmando, assim, a utilização da heráldica sertaneja por aqueles que se consideram de “boa estirpe”. Entende-se, ainda, que a permanência do uso dessas marcas confirma sua importância, transformado-as em símbolos de altivez e prestígio, uma vez que ultrapassam o caráter material de uma cicatriz em um animal capaz de identificar seu proprietário.

3.3 Delimitação territorial: o ferro da ribeira

Além dos valores de nobreza e propriedade que estão agregados às marcas de ferrar gado, transformando-as em símbolos, pode-se ainda considerar o valor relacionado à demarcação territorial, trazido com o gado durante a ocupação dos sertões nordestinos e, em particular, os da Paraíba.

> Assim associados, multiplicando-se juntos, o gado e os homens foram penetrando terra adentro, até ocupar, ao fim de três séculos, quase todo o sertão interior. [...] No curso desse movimento de expansão, todo o sertão foi sendo ocupado e cortado por estradas abertas pela batida das boiadas. Estas marchavam de pouso em pouso, assentados todos eles nos locais de água permanente e de boa pastagem, capaz de propiciar a recuperação do rebanho. Muitos desses pousos se transformariam em vilas e cidades, célebres como feiras de gado, vindo de imensas regiões circundantes (RIBEIRO, 1995, p.345).

A conquista do sertão da Paraíba é marcada pela expansão da criação do gado, importante ciclo da economia colonial brasileira. “O gado era mercadoria que se carregava a si mesmo deslocando-se pelos pés vencendo as lonjuras [...]” (DANTE apud CARTAXO, 1975, p.89). Nos caminhos traçados pelas boiadas, havia os locais de pouso, com precárias estruturas para o confino de animais e improvisados ranchos para o descanso dos boiadeiros, que seguiam a viagem desbravadora pelas áridas terras sertanejas.

“Multiplicando-se os currais e pousos, estabelecendo as feiras de gado, as correntes contínuas de troca de mercadorias, conseguiram criar no sertão uma homogeneidade político-social” (CARTAXO,1975, p.59). Esses locais de estalagem gradativamente se transformaram em pontos de comercialização, que em seguida viraram povoados, vilas e posteriormente vieram a formar as redes de cidades do interior paraibano.

Segundo Antonio Celso Ferreira (2002), esses caminhos abertos pelo gado serviam de apoio para os colonos e, assim, regiões extremamente distantes foram colocadas em contato e, em seguida, conquistadas e colonizadas, aproximando cada vez mais as populações dos sertões.

> Era o riscar primeiro e mais primário dos que distantes viviam das pancadas do mar, apascentavam rebanhos, subiam os rios secos do sertão, estacavam

> currais, erguiam casas de duas-águas, faziam posses e, ilhados do outro mundo, viviam em seus mundos e conheciam quase tudo o que era seu do que não era seu pelos desenhos dos ferros (FARIA, 1984, p.23)

A importância da pecuária é inegável nesse processo de povoamento do interior, pois como afirma Wilson Seixas, “foi realmente a fazenda de gado que fixou o homem no sertão da Paraíba, enquanto determinava a política de desbravamento e penetração do progresso – ao coração da terra –, afastando o colonizador da beira do mar” (1975, p.65). No entanto, o que se pretende nesse item é entender um pouco mais as marcas de ferrar como símbolos nesse processo de territorialização. Nesse sentido, destacam-se as “marcas das ribeiras” que representavam distritos rurais confrontados entre bacias fluviais, “[...] como áreas completamente dissociadas dos limites das Freguesias e dos Municípios” (FERREIRA, 1999, p. 31).

Como já mencionado no capítulo 1, no princípio, os rebanhos eram criados soltos, em campos abertos que pertenciam a vários donos, pois as cercas eram usadas apenas para limitar roçados. Muitas vezes, esses campos englobavam terras de municípios diferentes, de forma que o gado, ao sair à procura de água e alimento, podia se distanciar bastante. Assim, os criadores usavam, além de sua marca individual, uma segunda marca, representando a ribeira, que distinguia os rebanhos a partir do local de origem.

“Esse procedimento permitia ao sertanejo devolver uma rês tresmalhada à sua ribeira de origem e em lá chegando especular de que família era o ‘caixão da marca’ até encontrar o dono” (FARIA, 1984, p.31). Percebe-se, assim, que a marca da ribeira, realmente, representava a região de origem do animal, servindo como forma de orientação. Ressalta-se, ainda, sua importância em relação ao compromisso de honra do homem do sertão de devolver um animal perdido ao seu verdadeiro dono.

Na pesquisa de campo realizada para este projeto, ao visitar a Fazenda Angélica, no município de Aparecida, o senhor Francisco Supino de Sá, criador tradicional de gado, embora não use mais a marca da ribeira, confirmou a importância e a função de identificação geográfica dessa marca, em tempos passados, ressaltando ainda que apenas devolvia uma rês de dono desconhecido, que estivesse em seu domínio, caso este lhe mostrasse os dois ferros que foram utilizados na marcação do animal.

Os municípios de Sousa e Aparecida, que fazem parte do recorte espacial dessa pesquisa, estão localizados na ribeira do Rio do Peixe, o que comprova o uso dos ferros na

construção de uma delimitação territorial própria, distinta daquela determinada pela política administrativa.



Rio do Peixe Patos Pombal Soledade Taperoá

FIGURA 45: Marca da ribeira do Rio do Peixe, seguida de algumas outras da região, com as quais poderiam ocorrer misturas de gado, obrigando que os fazendeiros fizessem apartações (FERREIRA, 1999, p.32).

Apesar de ainda ser usada por um ou outro criador de gado, a marca da ribeira perdeu o sentido quando os confinamentos estreitaram-se e as fazendas passaram a ser cercadas, de forma que os proprietários, paulatinamente, deixaram de usá-la. Representou por muito tempo um símbolo de delimitação territorial e apesar de estar em desuso, não deve ser considerado menos importante que os símbolos de propriedade e nobreza, pois cada valor agregado às marcas representa um tempo e um significado, que precisam ser valorizados como formadores de uma tradição que vem varando o tempo e se mantendo, ainda hoje, pelos sertões da Paraíba.

3.4 Referências culturais do sertão

Os valores relacionados a propriedade, nobreza e território, atribuídos às marcas de ferrar, transformado-as em símbolos, são laços de referência entre a dinâmica socioeconômica do sertanejo e a cultura dessa região, que por sua vez contribui para a diversidade da cultura nacional, uma cultura construída a partir do somatório de outras, a partir da heterogeneidade.

Cada vez mais se entende que é preciso aproximar o conceito de “identidade nacional” ao de diversidade, em um país tão rico em manifestações culturais e, dessa forma, perceber que os mais diversos conhecimentos e práticas culturais podem ser considerados bens de valor patrimonial, bem como elementos fundamentais na construção das identidades locais.

A partir das décadas de 1950 e 1960, segundo Aloísio Magalhães (1997), viu-se surgir mundialmente uma perda ou diminuição dos valores e características próprios das culturas a partir de uma aceitação de valores globais, universais. Esse processo de "homogeneização" das culturas locais também foi percebido no Brasil, onde se fez necessário promover uma compatibilização entre os valores "externos" e aqueles que de alguma forma identificam a nação brasileira e sua personalidade: os bens culturais, pontos de referência que servem de apoio e cujos valores são permanentes. Dessa forma é preciso que haja uma consciência coletiva a respeito da importância dos bens e valores culturais como sendo a única forma de se gerar uma "personalidade própria".

Nos anos 70, ocorreu uma reorientação das práticas nacionais relacionadas à preservação de bens culturais, a partir de agentes vinculados a atividades "modernas" como o *design*, a indústria e a informática. Essa mudança estava em consonância com os diversos campos das ciências sociais e contribuiu para o surgimento de uma nova perspectiva, introduzindo no universo das políticas culturais, entre outras mudanças, a noção de "referência cultural". A partir desse conceito, entende-se que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco, de forma que alguém ou algum grupo precisa lhes atribuir valor para que possam ser considerados como patrimônio cultural (FONSECA, 2006).

Assim, o que é patrimônio para um, pode não ser para outro. Haverá sempre uma relativização nos processos de atribuição de valor de forma que os sujeitos envolvidos é que determinam a importância do bem, de acordo com o universo em que está inserido. A referência precisa fazer sentido para este sujeito. Iniciava-se, assim, um novo paradigma na determinação do que deveria ser ou não preservado, priorizando a questão social à técnica e valorizando novas formas de manifestação cultural.

> Entendia-se que o patrimônio cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história *oficial*, em que sobretudo as elites se reconhecem, mas devia incluir também manifestações culturais representativas para os outros grupos que compõem a sociedade brasileira (FONSECA, 2006, p.85).

A escolha do termo "referência" surgiu com o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975, que buscava se diferenciar das demais instituições oficiais atuantes na área da preservação cultural. Seu intuito era operar de forma inovadora, compreender universos mais amplos, buscando na diversidade a reação ao processo de homogeneização produzida

pela modernização e pela tecnologia, de forma a valorizar as diversas manifestações culturais, que corriam o risco de desaparecer, promovendo sua continuidade e ajudando-as a dinamizar-se (MAGALHÃES, 1997).

A atuação do CNRC contribuiu, assim, para introdução de uma nova perspectiva nas políticas nacionais de preservação, capaz de buscar as "raízes" da identidade nacional, bem como proporcionar uma maior valorização das manifestações relacionadas ao saber fazer e do universo socioeconômico em que estas manifestações estariam inseridas.

Segundo Márcia Sant'Anna, o conceito de referência cultural, além de promover importante inflexão da prática preservacionista nacional,

> [...] introduziu algo novo nesse campo: o entendimento de que a constituição de patrimônios culturais deve "fazer sentido" e "ter valor" para outros sujeitos sociais – especialmente os que produzem ou mantêm bens culturais – além dos representantes e especialistas do Estado aos quais essa constituição sempre esteve delegada (IPHAN, 2006, p.9).

Surge, assim, uma nova questão norteadora para as discussões relacionadas à construção do patrimônio cultural: a dinâmica de atribuição de valor e significado, a partir de grupos diretamente ligados aos bens culturais, que abre espaço para uma participação popular ativa e, consequentemente, para todos os tipos de manifestações e práticas culturais. A participação do sujeito que vivencia o bem cultural, na atribuição de valores, representa uma ação fundamentada em uma estreita relação de apropriação desenvolvida ao longo de sua história, bem como na importância que o bem considerado exerce em suas relações sociais, econômicas e culturais.

De acordo com Cecília Londres Fonseca, essa nova perspectiva da atribuição de valor aos bens culturais "[...] de algum modo veio 'descentrar' os critérios considerados objetivos, porque fundados em saberes considerados legítimos que costumavam nortear as interpretações no campo da preservação de bens culturais" (2006, p.88).

Surge, assim, a necessidade de uma nova visão sobre conservação e gestão do patrimônio, a partir dos órgãos responsáveis, de forma a gerar ações de preservação que incluam a participação dos diversos grupos sociais que produzem e transmitem os bens culturais, a fim de criar uma relação de cumplicidade e compartilhamento de informações e responsabilidades.

Conclui-se que os sujeitos envolvidos precisam ser mais do que informantes, precisam ser intérpretes das representações simbólicas que fazem parte do seu contexto cultural, contribuindo, assim, para que haja uma maior apreensão, por parte da sociedade, dos valores que realmente lhes fazem sentido. Só assim será possível promover práticas preservacionistas capazes de fortalecer e dar visibilidade às referências culturais dos grupos sociais em sua heterogeneidade e complexidade.

Voltamos, portanto, a questão deste trabalho: podem essas marcas ser consideradas referências culturais do homem do sertão?

Diante dessa discussão sobre o patrimônio cultural e suas práticas, entende-se que as marcas de ferrar podem ser consideradas como referências culturais a partir dos valores de propriedade, nobreza e territorialidade que lhes são atribuídos pelos sertanejos.

Estas marcas possuem, antes de tudo, uma função essencial de identificação, contudo, percebe-se que, a partir de valores e sentidos que lhes são atribuídos, transformam-se em símbolos, alcançando uma maior representatividade.

Esses valores surgem a partir da importância que as marcas possuem para um determinado segmento: os sertanejos. A partir da coleta de dados, tanto na pesquisa de campo como na bibliográfica, percebe-se uma ligação desse grupo com o uso dos ferros. Alguns sujeitos estão diretamente ligados a uma prática como é o caso dos criadores de gado (concepção das marcas), dos vaqueiros (ato da ferra) e dos ferreiros (fabricação do instrumento) – cada um com um papel determinado, ativo e fundamental para a continuidade da tradição – enquanto outros não atuam diretamente, apenas fazem parte do universo rural, no qual a tradição dos ferros está inserida.

Essa importância pode ser claramente observada nas viagens ao sertão durante a pesquisa. Não se pode afirmar ao certo que todos os sertanejos reconhecem essa tradição e a valorizam, mas nas idas aos municípios de Sousa e Aparecida, todas as pessoas abordadas, que não estavam diretamente envolvidas com essa prática, no mínimo conheciam sua existência.

Diante dessas questões, é possível considerar que as marcas de ferrar gado são bens culturais que fazem sentido para um determinado grupo social e por isso podem ser consideradas como referências culturais desse grupo, a partir de uma perspectiva que desloca “o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por

seu ‘peso’ material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores” (FONSECA, 2006, p.86).

“O produto feito encerra a autoria individual e o fazer coletivo, a capacidade de repetir um gesto e de modificá-lo, mantendo viva – mas nunca idêntica – a tradição, já que, nas frases ditas, a linguagem se perpetua e constantemente se renova” (ARANTES, 2004, p.13). Além de testemunhar o modo de fazer e o saber fazer, as marcas refletem todas as relações sociais envolvidas na sua produção e uso. De geração em geração, a tradição dos ferros vai se perpetuando sem nunca se dissociar do produto em si, de forma que cada marca impressa registra o testemunho do que o homem é capaz de fazer e de como interage com sua obra.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento desse trabalho representou uma verdadeira viagem de conhecimento ao sertão paraibano. Entrando de casa em casa, pôde-se apreciar a hospitalidade do sertanejo, que a tudo responde com presteza, simplicidade e uma sabedoria que não se aprende na escola, mas na lida do dia-a-dia. Eles, a princípio, não entendem a importância de tantas perguntas, o porquê de se falar sobre um assunto tão corriqueiro. Não sabem eles que isso tudo é novidade para quem vem da capital...

Mas, aos poucos, contam histórias e descrevem práticas, que aprenderam com os pais e que ensinam aos filhos, como verdadeiras “aulas” que vão se repetindo de geração em geração. E nessas conversas informais aprende-se muito, inclusive que o conhecimento não está apenas nos livros e que esse somatório de informações enriquece e provoca reflexões que ultrapassam a pesquisa, acompanhando o pesquisador pela vida afora.

Descobriu-se, com esse trabalho, um universo constituído pela tradição das marcas de ferrar gado. Uma tradição complexa, repleta de práticas que se relacionam e que a diferenciam de tantas outras que fazem parte do vasto mundo dos sertões. Destacou-se também a importância da pecuária na fixação do homem no interior do nordeste, retornando às raízes estabelecidas pelo processo de ocupação territorial promovido nos primórdios da colonização brasileira.

Iniciou-se, então, essa viagem pelo interior da Paraíba, auxiliada pelo olhar particular de alguns escritores que já haviam se preocupado com as marcações feitas em animais. Assim foram Gustavo Barroso, Sílvio Júlio, Ariano Suassuna, Oswaldo Lamartine Faria, Virgílio Maia e Aderaldo Ferreira.

A partir de algumas pistas deixadas por esses escritores, iniciou-se a procura pela contemporaneidade dessa tradição no sertão paraibano, mais especificamente nos municípios de Sousa e Aparecida. Muitos foram os indícios que confirmaram a permanência, algumas modificações e, em alguns casos, o possível desuso de práticas relacionadas à utilização dos ferros no recorte espacial estudado.

Percebeu-se que o ato da ferra ou marcação continua sendo realizado a partir das afirmações de todos os criadores de gado e vaqueiros entrevistados, bem como da atividade de marcar o gado presenciada no sítio do Seu Laércio. Apesar do registro de outras técnicas –

como o uso de lâminas de plástico nas orelhas dos animais e do chip de identificação eletrônica e, ainda, da marcação a frio onde se usa hidróxido de sódio, que faz cair o pelo do animal – pode-se afirmar que os fazendeiros continuam usando os ferros para identificar seus rebanhos.

Outras duas constatações, feitas a partir de observações em campo, dizem respeito à permanência da fabricação dos ferros pelo ferreiro e aos registros realizados em livros nas prefeituras. As encomendas de ferros, para a marcação de animais, continuam ocorrendo na região, como afirmaram os ferreiros entrevistados, e, tomando por base os livros encontrados na prefeitura municipal de Sousa, puderam ser observados registros com datas recentes. Embora essas afirmações constatem a continuidade dessas práticas, é preciso registrar que a frequência de tais solicitações não é mais a mesma de tempos atrás.

Quanto às práticas que caíram em possível desuso, confirmou-se que as festas de apartação e o ferro da ribeira praticamente não existem mais. Contudo, durante a pesquisa de campo, foi identificado um usuário da marca da ribeira, mas todos os demais entrevistados atestaram ser essa uma prática que não mais se usa pela região, como também afirmaram não existir mais as festas de apartação. O que acontece hoje, pelo menos na região onde se concentrou esta pesquisa, são as vaquejadas, uma ampliação da brincadeira que acontecia nas antigas festas de apartação e que se transformou em um esporte profissional.

Por fim, fechando as principais atividades relacionadas à tradição dos ferros, destaca-se a mais rica sob a perspectiva gráfica: a criação de uma marca. Nesse caso, ao pensar uma marca, um proprietário pode seguir as regras da chamada heráldica sertaneja, pode simplesmente usar a marca do pai acrescentando um segundo ferro com um número que o diferencie ou pode, ainda, criar uma marca totalmente original.

A partir de todas as marcas às quais se teve acesso, percebeu-se que houve uma grande mudança nos desenhos, ou seja, as marcas que antes prevaleciam – feitas a partir de acréscimos em uma base familiar, o *caixão* da marca, constituindo encadeamentos capazes de caracterizar as famílias da região – perderam espaço para as chamadas marcas monográficas, formadas a partir da combinação das letras iniciais dos nomes de seus proprietários.

É possível que essa mudança no uso das iniciais tenha sido influenciada pela mentalidade individualista que domina as relações socioeconômicas da contemporaneidade, de forma que os proprietários vêm sendo, possivelmente, motivados a se auto-representarem através de marcas mais objetivas, que permitem uma leitura mais rápida e direta. A função de

identificação das marcas continua sendo a mesma, contudo, a partir dessa modificação, percebe-se um movimento oposto à busca de uma maior diferenciação entre os ferros, para que proprietários não tenham marcas iguais. Constata-se assim, que essas "novas" marcas, representam um "novo tempo", não caracterizando também as famílias, como antes, mas apenas o indivíduo, bem como estão cada vez mais semelhantes, uma vez que criadores podem ter as mesmas iniciais, criando a possibilidade de marcas iguais ou parecidas e, consequentemente, com menos identidade.

Após um primeiro momento, voltado especificamente à tradição do uso dos ferros e sua permanência, iniciou-se, nessa pesquisa, um estudo gráfico a fim de identificar os elementos estéticos constitutivos das marcas de ferrar. Aprofundando-se na chamada heráldica sertaneja – que se baseia nas leis de criação dos brasões de armas – percebeu-se que os desenhos das marcas são concebidos a partir de traços acrescentados a bases familiares, formando um encadeamento de marcas capaz de identificar famílias diversas.

Esses acréscimos, representados por traços retos ou curvos, possuem uma nomenclatura própria e distinguem as marcas de ferrar entre si através de suas formas que, apesar de pouco elaboradas, apresentam grande expressividade e um notável potencial gráfico. Conclui-se que esses traços e suas combinações são considerados como referências visuais à medida que atuam como fonte de inspiração para a produção de trabalhos diversos no campo das artes gráficas, promovendo a cultura dos sertões, através da divulgação de uma realidade local, por meio de produções artísticas que podem ter um alcance mais amplo.

Buscou-se, ainda, nesse trabalho, identificar possíveis valores atribuídos às marcas produzidas pelos ferros. É importante deixar claro que, antes de qualquer coisa, uma marca de ferrar é concebida com o intuito de identificar um indivíduo, uma pessoa. Sua função é representar quem a possui, da forma mais clara e direta possível, representando uma síntese gráfica capaz de remeter a quem pertence sempre que visualizada.

Os proprietários criam suas marcas para identificar seus rebanhos, diferenciando-os dos demais, mas essas representações vão muito além das cicatrizes impressas nos animais, elas podem representar, como visto, símbolos de propriedade, nobreza e territorialidade, dentro do universo dos sertões.

As marcas podem ser consideradas símbolos de propriedade à medida que representam, além de animais, qualquer bem acumulado por seus proprietários que possa ser de alguma forma assinalado por uma marca. Outro valor que pode ser atribuído às marcas está

relacionado às questões social e moral que dizem respeito ao prestígio e aos brios do homem sertanejo, caracterizando a “origem nobre” de indivíduos e famílias, assim como faziam os brasões na tradição europeia medieval e destacando o caráter de integridade comum às sociedades nobres. E, por fim, as marcas, a partir dos ferros das ribeiras, são capazes de definir um recorte espacial que se distingue dos limites municipais, remetendo a uma organização territorial que antecede qualquer divisão administrativa.

A partir da reorientação das práticas preservacionistas nacionais que trouxeram à tona o conceito de referência cultural, iniciou-se uma reflexão a respeito da importância que deve ser dada à atribuição de valores e sentidos por parte de grupos sociais que verdadeiramente produzem e mantêm os bens culturais. A atividade técnica responsável pela seleção do que deveria ser preservado passou a considerar, de modo mais abrangente, as manifestações culturais representativas para os mais diversos grupos formadores da sociedade brasileira.

Iniciou-se, assim, uma visão que leva em conta a atribuição de valores de vários segmentos da população brasileira. Os sujeitos diretamente envolvidos com os bens e as práticas culturais passaram a ser “parceiros”, colaborando para uma melhor apreensão, por parte da sociedade, dos valores que realmente lhes fazem sentido e contribuindo, assim, para a promoção de políticas públicas de preservação capazes de alcançar essa diversidade cultural.

A partir da ideia de que os bens culturais não valem por si mesmos, de forma que para serem entendidos como referências culturais, algum grupo particular – diretamente envolvido com o universo em que o bem está inserido – precisa lhes atribuir valores e sentidos, conclui-se que as marcas de ferrar podem ser consideradas como referências culturais a partir dos valores relacionados à propriedade, à nobreza e ao território que lhes são atribuídos pelos sertanejos e respondendo, assim, positivamente à questão norteadora desta pesquisa.

Assim, essas marcas podem ser consideradas como representações simbólicas que referenciam algumas dinâmicas econômicas e sociais do sertão, configurando para seus habitantes uma “identidade local” e contribuindo, em um contexto mais amplo, para a diversidade cultural nacional.

Como pôde ser observado durante esta pesquisa, algumas práticas envolvidas nesse contexto estão se perdendo ou sofrendo modificações, contudo isso não significa um possível fim da tradição. Entende-se que, apesar de algumas perdas, o ato de ferrar animais como forma de identificação da propriedade, provavelmente, continuará sendo realizado pelo sertanejo. Assim, conclui-se que essa tradição, à medida que representa a identidade sertaneja

e contribui para a diversidade cultural brasileira, pode ser valorizada para que seus usos e sentidos sejam respeitados, em sua própria dinâmica, de forma que essa e as próximas gerações possam reconhecer sua importância.

Entende-se, ainda, que as marcas de ferrar enquanto referências culturais não devem ser consideradas como bens patrimonializáveis isoladamente e sim como elementos integrantes do universo mais amplo de alguma prática social que possa ser considerada patrimônio cultural como, por exemplo, os ofícios do vaqueiro e do ferreiro ou ainda algum outro bem cultural ligado ao diversificado e complexo mundo dos sertões.

Em busca de uma maior valorização da tradição dos ferros, a Superintendência do Iphan na Paraíba promoveu, a partir dessa pesquisa, uma exposição intitulada "Sob os signos das boiadas", na qual retratou o uso dos ferros, dentro do universo do sertão paraibano. Esta exposição foi composta por painéis elucidativos e imagens (fotografias e vídeo) produzidas durante a pesquisa de campo acerca dos diversos saberes relacionados à arte de ferrar o gado, à escolha das marcas e à profissão do ferreiro.

Para tanto, além de imagens, foram expostos ferros cedidos pelos criadores da região e ainda objetos que caracterizam os ofícios do vaqueiro e do ferreiro, tendo como suporte uma parede de taipa de pau a pique[17]. Neste espaço foi ainda apresentado um ambiente voltado à religiosidade do sertanejo, que surgiu no momento da montagem da exposição, por ideia dos próprios funcionários desta Superintendência, que contribuíram com objetos particulares relacionados à temática. Complementando a exposição, foi adicionada uma porta inteiramente marcada por diferentes ferros produzidos por um ferreiro, que gentilmente a emprestou, e ainda dois livros de registros cedidos por prefeituras da região delimitada pela pesquisa.

Inicialmente, a exposição foi realizada em João Pessoa, entre os meses de maio e junho de 2012, iniciando um itinerário almejado pela equipe técnica, com o intuito de proporcionar um maior conhecimento e reconhecimento da tradição dos ferros e do universo no qual está inserida.

Em seguida, a exposição tomou o rumo do sertão e foi parar no município de Sousa, berço desta pesquisa. Na ocasião, todos os entrevistados - criadores de gado, vaqueiros e ferreiros - foram convidados para a abertura e a grande maioria compareceu, com suas famílias inclusive, demonstrando visivelmente uma grande emoção em ver suas imagens e

[17] Também conhecida como taipa de mão, é uma técnica de construção, que consiste na amarração de uma estrutura de ripas de madeira ou bambu entrelaçadas, preenchida com uma mistura feita com barro.

objetos de trabalho expostos. Indubitavelmente este momento representou um retorno da pesquisa àqueles que dela participaram, a partir do momento que puderam sentir o valor de suas práticas e de sua cultura referenciado e consequentemente entender o sentido de valorização proposto pela pesquisa. Esse entendimento pode ser comprovado a partir de depoimentos dos mesmos sobre o resultado final do trabalho.

Do sertão a exposição foi levada à região do Cariri paraibano, ao município de Zabelê, onde se percebeu que a tradição das marcas de ferrar gado não se limita apenas aos sertanejos. Em conversa com professores da rede municipal de ensino, pode-se confirmar que, apesar de algumas diferenças, as práticas relacionadas ao uso dos ferros também estão presentes nesta região. Algumas imagens da exposição e de seus diferentes momentos podem ser visualizadas no apêndice desta dissertação.

Até o momento, estes foram os três municípios contemplados, mostrando que esta exposição pode percorrer as diversas regiões da Paraíba ou até de outros estados, seja com o intuito de promover um retorno de valorização a um público que vivencia ou que, de alguma forma, tem conhecimento e acesso à tradição dos ferros, seja com a finalidade de promover uma viagem de apresentação para aqueles que ainda não conhecem o universo dos sertões e das marcas de ferrar que o povoam.

Através desta pesquisa e de seus desdobramentos pretende-se contribuir para a realização de novos estudos que venham a aprofundar as questões relativas às marcas de ferrar, seja na região do sertão paraibano, seja em outras regiões da Paraíba ou mesmo de outros estados, que igualmente sofreram a influência da pecuária e, consequentemente, de suas práticas, durante o processo de ocupação territorial. E, em um sentido mais amplo, espera-se contribuir também para a preservação da identidade cultural do povo sertanejo, que se revela através dessas marcas impressas em seus bens materiais.

Por fim, com os resultados aqui encontrados, frutos de um intenso diálogo entre o presente e o passado, pretende-se colaborar para a formação de um arcabouço de conhecimento que possa ser utilizado posteriormente em futuros estudos. Compreende-se, assim, que esta pesquisa não termina aqui, podendo ser desdobrada em busca de novas questões que digam respeito às artes gráficas ou ainda servir como base para outros trabalhos relacionados às manifestações culturais do sertão, que partam de novos olhares distintos ao de um designer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Antônio Augusto. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. **Revista da Cultura**, Ano IV, n. 7, 2004. Disponível em <http://www.funceb.org.br/images/revista/16_7v4z.pdf>. Acesso em 15 fev. 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila**: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARROSO, Gustavo. **Terra de Sol**. 6. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

CARTAXO, Rosilda. **Estradas das Boiadas**: roteiro para São João do Rio do Peixe. João Pessoa: Nopigral, 1975.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e cantadores**. São Paulo: Global, 2005.

COSTA, Joan. **A imagem da marca**: um fenômeno social. São Paulo: Edições Rosari, 2008.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de Canudos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Vol. 1. 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Ferro e Ribeiras do Rio Grande do Norte**. Fortaleza: Imprensa universitária da UFC, 1984.

FERREIRA, Aderaldo de Medeiros. **Tradições Ruralistas**: marcas de gado, experiências, clima e outras histórias. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

FERREIRA, Antonio Celso. **A Conquista do Sertão**. São Paulo: Atual, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. **O registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da

comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Construção das Políticas Internacionais de Referência para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial In: **Patrimônio Imaterial**: Política e Instrumentos de Identificação, Documentação e Salvaguarda [Curso Online]. Duo Informação e Cultura: IPHAN-MinC/UNESCO, 2008.

FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO. **Projeto de Restauração do Sítio Histórico de Acauã – Município de Aparecida**. João Pessoa, 1998.

GOMBRICH, Ernst H. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A., 1999.

IPHAN. **O registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006.

JÚLIO, Sílvio. **Terra e Povo do Ceará**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revista Continente Editorial Ltda., 1978.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho: 1997.

MAIA, Virgílio. **Rudes Brasões***:* ferro e fogo das marcas avoengas. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

MONTET, Pierre. **O Egito no Tempo de Ramsés**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

NIEMEYER, Lucy. **Elementos de semiótica aplicados ao design**. 3. ed. Rio de Janeiro: 2AB, 2009.

NÓBREGA, Ariana Perazzo da. A música no Movimento Armorial. In: Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, 17, 2007, São Paulo. **Anais**... São Paulo: ANPPOM, 2007. Disponível em <http://www.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2007/musicologia/musicol_APNobrega.pdf>. Acesso em 30 ago. 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Mandonismo local na vida política brasileira. In: **Estudos de Sociologia e História**. São Paulo: Anhembi, 1957.

RIBEIRO, Darcy. O Brasil Sertanejo. In: _____. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.339-363.

RIBEIRO, Milton. **Planejamento Visual Gráfico**. 10. ed. Brasília: LGE Editora, 2007.

SEIXAS, Wilson. Pesquisas para a História do Sertão da Paraíba. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, n°21. João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1975. p.51-84.

SUASSUNA, Ariano. **Ferros do Cariri**: uma heráldica sertaneja. Recife: Editora Guariba, 1974.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais**. Bruxelas: UNESCO, 1978. Disponível em < http://www.forumnacional.com.br/declaracao_universal_dos_direitos_dos_animais.pdf>. Acesso em 18 ago. 2012.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial** [online]. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em 18 ago. 2012.

APÊNDICE - Exposição: Sob os signos das boiadas

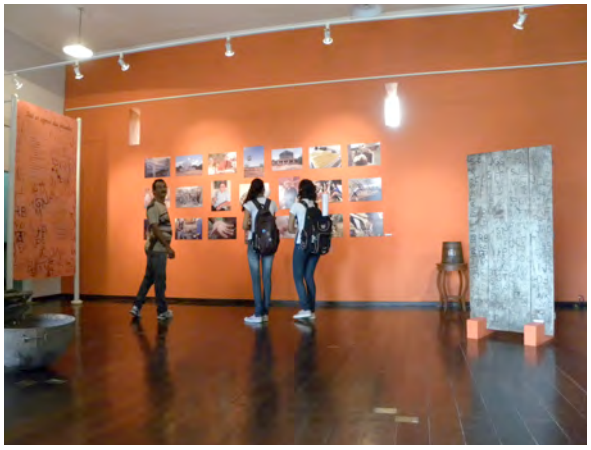


FIGURA 46: Exposição Sob os signos das boiadas na Casa do Erário - João Pessoa/PB. Foto: Daniella Lira.



FIGURA 47: Painéis elucidativos e ambientes que remetem aos ofícios do vaqueiro e do ferreiro - João Pessoa/PB. Foto: Daniella Lira.



FIGURA 48: Painéis e ferros cedidos por criadores de gado do sertão da Paraíba - João Pessoa/PB. Foto: Daniella Lira.



FIGURA 49: Objetos usados pelos vaqueiros expostos em suporte de taipa de pau a pique - João Pessoa/PB. Foto: Daniella Lira.

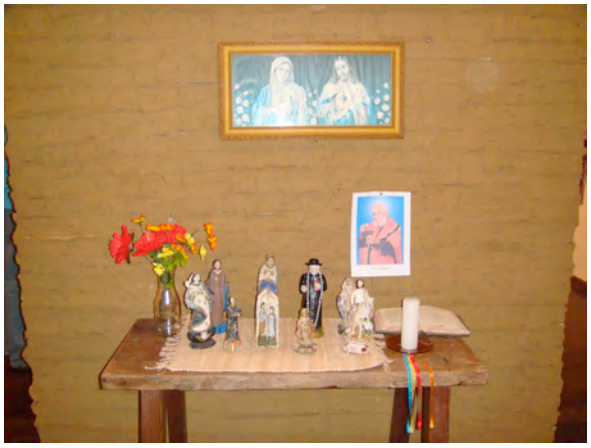


FIGURA 50: Espaço que trata da religiosidade do sertanejo - João Pessoa/PB. Foto: Daniella Lira.



FIGURA 51: Objetos usados pelos ferreiros expostos em suporte de taipa de pau a pique - João Pessoa/PB. Foto: Daniella Lira.



FIGURA 52: Abertura da exposição em João Pessoa/PB. Detalhe da porta inteiramente ferrada. Foto: Daniella Lira.



FIGURA 53: Apresentação de forrozeiros e aboiadores na abertura da exposição em João Pessoa/PB. Foto: Daniella Lira.



FIGURA 54: Abertura da exposição em Sousa/PB, no Centro Cultural do Banco do Nordeste. Foto: Daniella Lira.



FIGURA 55: Público na abertura da exposição no sertão - Sousa/PB. Foto: Átila Tolentino.



FIGURA 56: Seu Zé Ferreiro, no espaço reservado ao ferreiro, explicando ao público para que serve cada objeto - Sousa/PB. Foto: Daniella Lira.



FIGURA 57: Criadores de gado identificando seus ferros e dos demais fazendeiros da região - Sousa/PB. Foto: Daniella Lira.



FIGURA 58: Seu Laércio e o filho Lauciane se identificando nas fotos expostas - Sousa/PB. Foto: Daniella Lira.



FIGURA 59: Equipe do Iphan/PB cercada por criadores de gado, ferreiros e vaqueiros que participaram da pesquisa - Sousa/PB. Foto: Luciano Souza.



FIGURA 60: Abertura da exposição no município de Zabelê/PB. Foto: Daniella Lira.



FIGURA 61: Espaço reservado para objetos utilizados pelo vaqueiro - Zabelê/PB. Foto: Daniella Lira.



FIGURA 62: Muita animação ao som de um trio de forró pé de serra - Zabelê/PB. Foto: Daniella Lira.



FIGURA 63: Alunos assistindo o vídeo que retrata a ferra do gado e a fabricação dos ferros - Zabelê/PB. Foto: Daniella Lira.